



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
Instituto Multidisciplinar em Saúde  
Campus Anísio Teixeira



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA SAÚDE

**OTÁVIO RIBEIRO LAGO NETTO**

**O QUE A PSICOLOGIA DA SAÚDE SOB “VIRADA ONTOLÓGICA”  
PODE CONTRIBUIR PARA PESQUISAS EM SANEAMENTO BÁSICO  
EM ÁREAS RURAIS?**

Vitória da Conquista - Bahia  
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
Instituto Multidisciplinar em Saúde  
Campus Anísio Teixeira



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA SAÚDE

**OTÁVIO RIBEIRO LAGO NETTO**

**O QUE A PSICOLOGIA DA SAÚDE SOB “VIRADA ONTOLÓGICA”  
PODE CONTRIBUIR PARA PESQUISAS EM SANEAMENTO BÁSICO  
EM ÁREAS RURAIS?**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde, Instituto Multidisciplinar em Saúde, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia da Saúde.

**Linha de pesquisa:** Práticas Clínicas e Saúde Mental

**Orientador:** Prof. Dr. Paulo Rogers da Silva Ferreira

Biblioteca Universitária Campus Anísio Teixeira – SIBI/UFBA

L177

Lago Netto, Otávio Ribeiro.

O que a Psicologia da Saúde sob “virada ontológica” pode contribuir para pesquisas em saneamento básico em áreas rurais? / Otávio Ribeiro Lago Netto. -- Vitória da Conquista, BA: UFBA, 2023.

[118] f. ; il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Rogers da Silva Ferreira

Dissertação (Mestrado – Pós-Graduação em Psicologia da Saúde) - Universidade Federal da Bahia, Instituto Multidisciplinar em Saúde, 2023.

1. Psicologia Médica. 2. Políticas Públicas. 3. Saneamento Rural. I. Universidade Federal da Bahia, Instituto Multidisciplinar em Saúde. II. Ferreira, Paulo Rogers da Silva. III. Título.


CDU: 159.9:61(813.8)(043.3)

**OTÁVIO RIBEIRO LAGO NETTO**

**“O QUE A PSICOLOGIA DA SAÚDE SOB “VIRADA ONTOLÓGICA” PODE CONTRIBUIR PARA PESQUISAS EM SANEAMENTO BÁSICO EM ÁREAS RURAIS?”**


Esta dissertação foi julgada adequada à obtenção do grau de Mestre em Psicologia da Saúde e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde, Universidade Federal da Bahia.

Vitória da Conquista – BA, 22/06/2023.

Documento assinado digitalmente  
 PAULO ROGERS DA SILVA FERREIRA  
Data: 21/06/2023 18:21:26-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


---

Prof. Dr. Paulo Rogers da Silva Ferreira (Orientador)  
(Universidade Federal da Bahia)

Documento assinado digitalmente  
 SERGIO LIZIAS COSTA DE OLIVEIRA ROCHA  
Data: 22/06/2023 14:13:06-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Sérgio Lizias Costa De Oliveira Rocha (Examinador)  
(Universidade Federal da Bahia)

Documento assinado digitalmente  
 SONIA REGINA LOURENCO  
Data: 22/06/2023 12:52:33-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sonia Regina Lourenço (Examinadora)  
(Universidade Federal de Mato Grosso)

*Dedico essa dissertação à conexão com meu orientador Paulo Rogers, capaz de encarar os atravessamentos da pesquisa em um afetuoso suporte científico.*

## AGRADECIMENTOS

Foram muitos atravessamento e poucas pessoas às quais sinto imensa gratidão.

A Douglas, amigo querido que em sua vasta produção científica sempre nutriu um entusiasmo em minha capacidade de superar obstáculos, tendo contribuído em segurança afetiva e suporte técnico na revisão do projeto submetido ao programa que culminou em minha aprovação.

Na trajetória de pesquisa, outras pessoas de dimensões singulares são indispensáveis o meu eterno agradecimento, Monalisa Barros (professora e orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação); Jacinta Senna (preceptora e orientadora de Trabalho de Conclusão de Residência); Virgínia Moraes (escutadora, acolhedora e perita na sensibilidade de traduzir percursos pesquisa em trabalhos significativos).

Por fim, um muito obrigado a Paulo Rogers, meu orientador desta dissertação de Mestrado em Psicologia da Saúde com suas inquietações, paciência, vivacidade e capacidade de conectar as inseguranças desconexas em escrita afiada nas fagulhas das explosões necessárias para expansão.

Os agradecimentos à vida serão dados no correr dela.

*Por entre avenca, feto e taquara poca  
No seio-limo da mata ciliar  
Corre arregalada a matéria-prima essencial  
O vero olho da terra é o cristal d'água  
E não há no reino mineral  
Nenhum poder de pedra que estanque  
O jorro das gotinhas  
Rasgando as entranhas da terra  
Sedentas por ver o sol  
Sedentas por ver o sol  
Sedentas por ver o sol  
Secas por vê-lo  
Dourar o vale e a serra  
Pupila, íris, pálpebra, retina  
Ah! se esse olho d'água filtrasse  
A sentina do mundo e da minha alma  
E o nojo e a lama lavasse  
E o eco pagão aos meus ouvidos recordasse  
Que o olho por onde eu vejo Deus  
É o mesmo olho por onde Ele me vê*

Olho D'Água (Caetano Veloso & Wally Salomão)

## RESUMO

Trata-se de pesquisa qualitativa no campo da Psicologia da Saúde à luz da corrente científica denominada “virada ontológica”. A “virada ontológica” é uma corrente científica surgida anos 1990, no campo da Antropologia, e que se estendeu à Psicologia da Saúde, caracterizada por uma crítica ao método empregado em ciência moderna, quando da separação entre sujeito (pensante, ativo) x objeto (não pensante, passivo), e às análises centralizadas no protagonismo humano, em detrimento dos não-humanos. A partir da análise de políticas de saneamento básico em áreas rurais, esta pesquisa tem como objetivo (I) reorientar a sensibilidade de gestores de programas de saneamento básico para as ações exercidas por não-humano; (II) identificação dessas ações e suas influências em gestores tendo como aporte analítico o campo da Psicologia da Saúde em pesquisas com saneamento básico; (III) paridade de poder decisório de humanos e não-humanos no campo em políticas de saneamento básico. O método adotado foi o descritivo exploratório, com abordagem qualitativa, na compreensão sensível das ações dos não-humanos sobre os humanos, ausentes na constituição da elaboração e execução da chamada tecnologia social, empregada no Programa Água Doce (PAD), executado em um município do sudoeste baiano, política pública que promove acesso à água de qualidade para o consumo humano por meio do aproveitamento sustentável de águas subterrâneas em sistemas de dessalinização. As entrevistas foram semiestruturadas e executadas em 2023. Os critérios de inclusão para a entrevista foram: os signatários do acordo de gestão compartilhada e os operadores do sistema de dessalinização que residem nas localidades atendidas pelo programa. No total de 8 (oito) entrevistados, sendo 5 (cinco) gestores e 3 (três) operadores, em que se buscou perceber a sensibilidade ou não desses gestores sobre a ação dos não-humanos no poder de decisão dessa política em tecnologia social. Como produto tecnológico, sob demanda da coordenação do programa, foi editado material audiovisual apresentando os achados da pesquisa e encaminhamentos para qualificação do monitoramento. O material pode ser acessado no link: [https://drive.google.com/file/d/1L2Uv1q0L\\_yhQq6QQVVldGog5ivh5d9Sf/view](https://drive.google.com/file/d/1L2Uv1q0L_yhQq6QQVVldGog5ivh5d9Sf/view). Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisas para Seres Humanos do Instituto Multidisciplinar em Saúde da Universidade Federal da Bahia (CEP-IMS/UFBA), via Plataforma Brasil, sob parecer número 5.826.940.

**Palavras-chave:** Psicologia da Saúde sob “virada ontológica”; Políticas Públicas; Saneamento Básico



## ABSTRACT

This is qualitative research in the field of Health Psychology from the perspective of the “ontological turn” scientific current. The “ontological turn” is a scientific current that emerged in the 1990s, in the field of Anthropology, which extended to Health Psychology, characterized by a critique of the method used in modern science, when separating subject (thinking, active) x object (non-thinking, passive), and analyzes centered on human protagonism, to the detriment of non-humans. Based on the analysis of basic sanitation policies in rural areas, this research aims to (I) reorient the sensitivity of managers of basic sanitation programs to the actions carried out by non-humans; (II) identification of these actions and their influence on managers using the field of Health Psychology in research on basic sanitation as an analytical contribution; (III) parity of decision-making power of humans and non-humans in the field of basic sanitation policies. The method adopted was exploratory descriptive, with a qualitative approach, in the sensitive understanding of the actions of non-humans on humans, absent in the constitution of the elaboration and execution of the so-called social technology, used in the Água Doce Program (PAD), carried out in a municipality of southwestern Bahia, a public policy that promotes access to quality water for human consumption through the sustainable use of groundwater in desalination systems. The interviews were semi-structured and carried out in 2023. The inclusion criteria for the interview were: the signatories of the shared management agreement and the operators of the desalination system who reside in the locations served by the program. A total of 8 (eight) interviewees, 5 (five) managers and 3 (three) operators, sought to understand whether or not these managers were sensitive to the action of non-humans in the decision-making power of this policy in social technology. As a technological product, upon demand from the program coordination, audiovisual material was published presenting the research findings and referrals for monitoring qualification. The material can be accessed at the link: [https://drive.google.com/file/d/1L2Uv1q0L\\_yhQq6QQVVldGog5ivh5d9Sf/view](https://drive.google.com/file/d/1L2Uv1q0L_yhQq6QQVVldGog5ivh5d9Sf/view). This research was approved by the Human Research Ethics Committee of the Multidisciplinary Health Institute of the Federal University of Bahia (CEP-IMS/UFBA), via Plataforma Brasil, under opinion number 5,826,940.

**Keywords:** Health Psychology under “ontological turn”; Public policy; Basic sanitation

## LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÔNIMOS E SIGLAS

SUS	Sistema Único de Saúde
PNSIPCFA	Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
PNSR	Programa Nacional de Saneamento Rural
Plansab	Plano Nacional de Saneamento Básico
MS	Ministério da Saúde
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
Ibama	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
RTS	Rede de Tecnologia Social
CTS	Ciência-tecnologia-sociedade
TS	Tecnologia Social
AST	Adequação Sociotécnica
PAD	Programa Água Doce
PS	Psicologia da Saúde
OMS	Organização Mundial de Saúde
APA	American Psychological Association
ABPS	Associação Brasileira de Psicologia da Saúde
IAS	Instituto de Água e Saneamento
PAT	Programa Água para Todos
SEMA	Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SEMA/BA	Secretaria do Meio Ambiente da Bahia
IDH-M	Índices de Desenvolvimento Humano Municipal
ICAA	Índice de Condição de Acesso à Água do Semiárido

CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
SDR/BA	Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia
DRP	Diagnóstico Rural Participativo
CERB	Companhia de Engenharia Hídrica e Saneamento da Bahia

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO GERAL</b> .....	12
<b>Capítulo 1</b> - Quais espécies se beneficiam dos programas de saneamento básico e abastecimento hídrico em áreas rurais no Brasil? Qual contrato foi firmado? Qual desejo coletivo?.....	17
<b>Capítulo 2</b> - O que a Psicologia da Saúde Sob “Virada Ontológica” pode contribuir para pesquisas em saneamento básico em áreas rurais?.....	32
<b>Capítulo 3</b> - PRODUÇÃO TÉCNICO CIENTÍFICA DIGITAL.....	52
<b>CONCLUSÃO GERAL</b> .....	53
APÊNDICE A – COMPROVANTE SUBMISSÃO CAPÍTULO DE LIVRO.....	54
APÊNDICE B – COMPROVANTE SUBMISSÃO REVISTA.....	55
APÊNDICE C – PARECER COMITÊ DE ÉTICA.....	56

## INTRODUÇÃO GERAL

A concepção das reflexões e pesquisa de campo apresentadas nesta dissertação nasce diante de inquietações sobre a diversidade dos modos de existência<sup>1</sup> não-humanos (solos, água, maquinário, entre milhões de outros) negligenciados nas políticas públicas em saneamento básico para áreas rurais em que a Psicologia da Saúde, sob “virada ontológica”, torna-se um suporte para identificação de uma sensibilidade sobre paridade/alteridade radical (descentralização do poder decisório de humanos).

A palavra equidade, tão cara e centralizada em prol dos humanos em políticas públicas de saneamento básico, foi uma das palavras mais significativas nesse primeiro estranhamento de uma saúde apenas para o bem-estar humano no campo. Esse conceito de equidade remonta um horizonte onde havia o desejo e a possibilidade de alcançar populações mais recônditas e, portanto, sem acesso equânime à saúde enquanto direito humano. Sua significação foi firmada, deste modo, em um dos cinco princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), cuja grandeza e pretensão de universalidade perpassa pela equidade e pela participação das populações que desse direito à saúde usufruem.

A aproximação entre saúde e populações do campo, expressa nessa dissertação de mestrado, não escapa à trajetória que se iniciou com a institucionalização do mestrando na Residência Multiprofissional em Saúde da Família com Ênfase em Saúde da População do Campo- Escola de Governo Fiocruz- Brasília, onde houveram contatos com muitas pessoas em plena tessitura de políticas públicas em Saúde. A partir do reconhecimento de realidades singulares, plurais e interculturais em uma dimensão de movimentos de sociedades humanas, abrangendo noções de trabalho, modos de vida e cuidado em saúde, no desejo de construção multiprofissional, trabalho interdisciplinar com proposta transdisciplinaridade, uma Psicologia da Saúde humanista era o norte.

As populações rurais no Brasil têm vidas marcadas pelo extermínio dos povos originários, pela escravidão de povos negros, concentração de terras e riquezas,

---

<sup>1</sup> O conceito de modos de existência vem de Étienne Souriau: “Existe o pensamento, nele mesmo e por ele mesmo? A matéria existe, e da mesma maneira? Deus existe? Hamlet, a *Primavera*, de Peer Gynt existiram? E em que sentido? As raízes quadradas dos números negativos existem? A rosa azul existe? Responder a cada uma dessas questões (com um sim, com um não ou com um ‘de alguma maneira’; e já não é assim tão simples) é suficiente? Seguramente não. Por sua própria acumulação, essas questões levam a outra, maior e que as contém: há várias maneiras de existir? O existir é múltiplo, não nos seres em que se atualiza e investe, mas em suas espécies?” (SOURIAU, 2020, P.7).

degradação do chamado “meio ambiente”, marginalização de famílias e mulheres camponesas e conflitos com lutas pela terra. Sendo que, as próprias políticas públicas para o campo estavam associadas a interesses econômicos ligados à mão de obra e à exploração dos ditos “recursos naturais” (CARNEIRO, PESSOA e TEIXEIRA, 2017; FENNER, 2018). Tais marcadores sócio-históricos de onde partem lutas em movimento sociais humanos, conduzem à constituição da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA), que traz a caracterização dessas populações baseada na predominância de sua relação com a terra (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013 e 2014).

Acredita-se que dessa sutileza de caracterização viesse a ser traçada essa dissertação de mestrado vinculada ao Programa de Mestrado Profissional em Psicologia da Saúde do Instituto Multidisciplinar em Saúde da Universidade Federal da Bahia (PPGPS-IMS/UFBA), porém, o exercício aqui será outro. Buscaremos introduzir a Psicologia da Saúde na “virada ontológica” a partir de estudo de caso de uma política de saneamento básico, de cunho humanista e social, no sertão baiano, demonstrando como, centralizada em bem-estar humano, todos os outros não-humanos tornam-se recursos naturais e minerais a serem investidos.

Enquanto Mestrado Profissional e seguindo o Art. 7, § 3º da Portaria Normativa CAPES n. 17, de 28 de dezembro de 2009, o mesmo, busca contribuir para o avanço da ciência e das tecnologias, bem como as apropriações contextuais para proposições e aplicações junto à gestões regionais, para inovações e aperfeiçoamentos tecnológicos para a solução de questões específicas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009), nesse sentido, que o presente trabalho é radicalizado em processos para ampliação do cosmopolítico<sup>2</sup>. Propomos análise do Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019) que segue o marco regulatório expresso no Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2016), vinculado à Secretaria Nacional de

---

<sup>2</sup> Para Stengers: “Se o ‘cosmos’ pode nos proteger de uma versão “empreendedorista” da política, acolhendo apenas os interesses bem definidos, que têm os meios para se entre impedir, nós vemos no momento que a política pode nos proteger de um cosmos misantropo, de um cosmos que se comunica diretamente com uma verdadeira oposição aos artifícios, hesitações, divergências, desmedidas, conflitos associados às desordens humanas. O modelo de harmonia biológica é bastante esmagador. Pensar o que emerge é resistir tanto à composição mecânica de forças indiferentes quanto à composição harmônica do que apenas encontra a sua verdade no fazer corpo” (STENGERS, 2018, p. 456).

Saneamento do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional com ampla associação com o Ministério da Saúde (MS), por meio da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e com uma gama de articulações interministeriais: Ministérios das Cidades; Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; entre outros.

Como resultado final da dissertação, em consonância com a CAPES (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009), há exigência de um produto tecnológico, tais como: publicações tecnológicas como patentes e registros de propriedade intelectual e de softwares; desenvolvimento de aplicativos e materiais didáticos e institucionais e de produtos; produção de programas de mídia; editoria; composições de concertos; relatórios conclusivos de pesquisa aplicada; entre outros. E se adequando à esta exigência, esta dissertação se divide em dois capítulos, um teórico e outro empírico, mais o produto técnico científico digital. Ela se vincula a linha de pesquisa 1: *Práticas Clínicas e Saúde Mental*.

Convidamos, por fim, os leitores a um exercício imaginativo, tal qual proposto por Philippe Descola:

À primeira vista, poderíamos pensar que não há dificuldade em distinguir o que diz respeito à natureza do que diz respeito à cultura. É natural tudo que se produz sem a ação humana, aquilo que existiu antes do homem e que existirá depois dele, como os oceanos, as montanhas, a atmosfera e as florestas; é cultural tudo que é produzido pela ação humana, sejam objetos; ideias ou ainda certas coisas que estão a meio caminho entre os objetos e as ideias, aquilo que chamamos de instituições; um idioma, a Constituição francesa ou o sistema escolar, por exemplo. Se saio para passear pelo campo e atravesso um bosque, estou em meio à natureza. Mas se ouço um avião que passa sobre mim ou um trator nas proximidades, então esses são objetos fabricados e utilizados pelos homens, objetos, portanto, que pertencem à cultura. No entanto, essa distinção nem sempre é tão simples assim. Durante meu passeio, margeio uma cerca viva de plantas selvagens, espinheiros, aveleiras, amalanqueiros e rosas silvestres. Posso dizer que se trata de uma cerca natural, ao contrário das estacas de madeira que limitam o terreno vizinho. Mas essa cerca também foi fincada, também foi cuidada pelo homem

e, se lá está, é para separar dois terrenos conforme os limites estabelecidos pelo cadastro, dois terrenos que pertencem a proprietários distintos. A cerca é, também ela, o produto de uma atividade técnica, isto é, de uma atividade cultural. Por ter uma função legal, tem também uma função cultural.

A maior parte dos objetos que nos rodeiam, incluindo nós mesmos, encontram-se nesta situação intermediária: são naturais e culturais ao mesmo tempo. Estou com fome: eis uma necessidade natural que eu não posso controlar e que me levará à morte se não me satisfazer. Mas existem mil maneiras de satisfazer minha fome, e adotar uma maneira ao invés de outra, me alimentar preferencialmente de um certo tipo de refeição, e não de outro, tudo isso faz parte de uma escolha cultural. Apesar dessas interseções e dessas zonas de sombra entre o que é natural e o que é cultural, parece que não hesitamos muito quando se trata de qualificar os objetos que nos cercam como pertencentes à natureza ou à cultura. Meu gato ou meu cachorro fazem parte da família, como se costuma dizer, mas apesar disso eles não têm os mesmos direitos que os membros humanos da minha família. Eles não têm representantes no parlamento, não se beneficiam de seguro de saúde e tampouco são responsáveis pelos seus atos. Se meu cachorro morde o vizinho, serei eu a ser punido pela lei, não o meu cachorro. Podemos exigir que ele seja sacrificado, mas isso seria uma medida de segurança pública, e não uma punição dirigida ao cachorro. Resumindo, entre os humanos e os não humanos existe uma diferença importante: os humanos são sujeitos que possuem direitos por conta de sua condição de homens, ao passo que os não humanos são objetos naturais ou artificiais que não têm direitos por si mesmos. Essa forma de pensar, que nos ensinam na escola e que parece ter a evidência do bom senso, talvez seja, afinal de contas, o modo mais comum de se fazer a distinção entre natureza e cultura. (DESCOLA, 2016, p. 7-9)



# PARTE 1

## Capítulo de Livro

**Quais espécies se beneficiam dos programas de saneamento básico e abastecimento hídrico em áreas rurais no Brasil? Qual contrato foi firmado? Qual desejo coletivo?**

Capítulo de livro submetido ao Edital nº 102/2022, *Edital de Publicação de Livros Técnico-científicos em Formato Digital (E-book)* das Edições UESB, Editora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (ver apêndice A)

## CAPÍTULO 1 – Capítulo de livro

### **Quais espécies se beneficiam dos programas de saneamento básico e abastecimento hídrico em áreas rurais no Brasil? Qual contrato foi firmado? Qual desejo coletivo?**

Capítulo de livro submetido ao Edital nº 102/2022, *Edital de Publicação de Livros Técnico-científicos em Formato Digital (E-book)* das Edições UESB, Editora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (ver apêndice A)

Otávio Ribeiro Lago Netto (UFBA)  
Paulo Rogers S. Ferreira (UFBA)

As áreas rurais são um mundo de explosões de afetos, de interdependências<sup>3</sup> entre humanos e não humanos. O saneamento básico e acesso a água em áreas rurais passaram a fazer parte da Política Nacional de Saúde Integral das População do Campo, Floresta e das Águas (PNSIPCA), sendo iniciada sua criação em 2005 e instituída em 2011 (BRASIL, 2013; BRASIL, 2014). Em em 2014, foi iniciada a estruturação documental do Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR) que integra programa de saneamento rural, desenvolvido no final da década de 1980 (BRASIL, 2013; BRASIL, 2019; BRASIL, 2019; ROLAND; HELLER e REZENDE, 2022). Mas, e para introduzir a “virada ontológica” em psicologia: quais espécies se beneficiam dessa política? Que contrato foi firmado? Qual desejo coletivo?

O acesso à água e ao esgotamento sanitário tornou-se direito humano em 2010, e integra o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, sendo a seca caracterizada enquanto um desastre natural diferenciado, cuja magnitude dos impactos está na relação com a duração do evento, requerendo ações que levem em consideração os impactos para a saúde de humanos. A relação entre saneamento e direitos humanos está expressa na Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento

---

<sup>3</sup> O conceito de interdependência é de Stengers: “A diferença entre a dependência e a interdependência não é moral. A dependência é primeiramente um fato. Nós dependemos da habitabilidade da Terra, e a ideia de que um dia poderemos nos livrar dessa dependência é fantasiosa. [...] Desde Lynn Margulis, no entanto, os biólogos vêm se dando conta cada vez mais: se a Terra não é somente habitável, mas também abundante de vida; se rochas áridas se transformam em terras férteis; tudo isso se deve à criação de relações de interdependências. Relações que não suscitam um imaginário de libertação porque os seres que delas participam se tornam capazes graças a outros, com outros e ao risco de outros daquilo que eles seriam incapazes sozinhos” (STENGERS, 2017, *Estamos divididos*, disponível em: <https://www.n-ledicoes.org/estamos-divididos>. Acesso em 27 de out. 2022)

Sustentável (ODS), especificada no objetivo de Água Potável e Saneamento. Trata-se de garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos (os humanos) até 2030, além da transversalidade em outros objetivos (ALPINO, 2016; SILVA, 2015; UN, 2015; UN, 2015; IBGE, 2022).

A ênfase dada à espécie humana no direito ao saneamento básico é sinônimo, entre os sanitaristas formuladores de políticas públicas, de um discurso do fim das iniquidades sociais entre humanos e do direito à qualidade de vida para humanos em áreas rurais. Tais políticas possibilitam um pacto, chamaremos de *contrato*, entre o Estado e as populações rurais. Porém, esse contrato político-sanitário, privilegiando seres humanos, têm transformando assimetricamente o mundo rural físico, aumentando o conforto entre humanos, com o saneamento básico, em detrimento, muitas vezes, do desconforto de muitos não humanos: solo, vegetação nativa, ar, lençóis freáticos, entre outros. Portanto, propomos dois caminhos de reparação para os não humanos nas políticas de saneamento básico para humanos, a saber: 1) a passagem da psicologia da saúde para a psicologia da saúde sob “virada ontológica”, descentralizando desejos e afetos da esfera coletiva humana e 2) a proposta de um novo contrato, após recobrar também o protagonistas dos não humanos a partir de um contrato natural em Serres (1991).

Quando se pensa no olhar das políticas públicas de saneamento básico sobre as áreas rurais, os não humanos, ou se preferirem, a “natureza” e a “tecnologia”, são compreendidos como “prontos para ser explorados” ou para ser “modernizados”. Saneamento básico é sinônimo de “progresso social”, de “modernização”, de “desenvolvimento”, de “investimento”, de “satisfação”, de “desejo coletivo”, mas para quem? A psicologia da saúde, sob forte influência do humanismo em saúde, busca justamente definir o desejo coletivo, social ou intersubjetivo, de humanos, ante benefício próprio. Ela precisa o conceito de bem-estar, reservado a humanos.

A psicologia da saúde saúde é colaboradora de um, digamos, contrato antropocêntrico – crítico social, humanista e reflexivo - sobre a “realidade social” para humanos em políticas de saneamento básico, como desejo coletivo humano de bem-estar. Uma psicologia da saúde sob “virada ontológica”, por sua vez, busca romper com esse antropocentrismo, acrescentando as interações entre humanos e não humanos, uns

afetando, influenciado, os outros, *fazendo mundo*<sup>4</sup> no rural físico. Quanto à antropologia médica crítica, e em diálogo com a psicologia social e da saúde, o mote para políticas de saneamento básico são as iniquidades sociais, geralmente a partir de marcadores sociais da diferença: populações urbanas e rurais, por exemplo. Busca-se definir grupos identitários, apontando jogos de poder em que o saneamento básico se torna uma questão de luta de classes entre humanos. Por outro lado, na perspectiva de uma psicologia sob “virada ontológica”, a própria intenção de base dessa política, o benefício para os humanos, é questionável. Em síntese, esse contrato, intitulado de política pública de saneamento básico, costuma ser firmado por uma roupagem da psicologia da saúde e das políticas de saneamento, sintetizado por “qualidade de vida” para humanos.

Porém, acontecimentos se integram ou se aclimatam, como se diz, no mundo rural físico, após a implementação desse contrato. Ou melhor, acontecimentos que escapam a um projeto humano de saneamento básico para áreas rurais. Pragas de insetos, escassez ou contaminação de água, *El niño*, *La niña*, solo infertil, efeito estufa, diminuição das chuvas pelo desmatamento, entre outros. Tudo isso que costuma acontecer depois que o homem, com o aumento da população em áreas rurais, a partir da facilidade do saneamento básico como melhora de moradia no campo, passou a achar que ele estaria no controle do mundo rural físico. E perguntamos: a qualidade de vida para humanos, com a chegada do saneamento básico, pode dar qualidade a todas as espécies que vivem no campo? É preciso que, e já recobrando Serres: “a história global entre na natureza, a natureza global entre na história” (SERRES, 1991, p. 15). E será que chegamos a esse nível de *entrada* com nossas políticas de saneamento básico, centradas na qualidade de vida exclusiva para humanos? Eis a questão. E as políticas públicas em saneamento básico parecem que não querem pagar o preço pela qualidade de vida para os não humanos. Ideologicamente idealizada por sanitaristas socialistas/comunistas/humanistas da Reforma Sanitária Brasileira, a política de saneamento básico continua cega ao interdependente.

---

<sup>4</sup> O conceito *faz mundo* é inspirado em Tsing: “As bactérias criaram nossa atmosfera de oxigênio e as plantas ajudam a mantê-la. As plantas conseguem viver na terra porque os fungos produzem solo a partir da digestão das rochas. Como esses exemplos sugerem, projetos de fazer-mundos podem se sobrepor, abrindo espaço para mais de uma espécie” (TSING, 2015, p. 67).

## 1. Em busca de um novo contrato

Parece-nos que o debate sobre política de saneamento básico esconde o verdadeiro inimigo. Ao ler o escopo de tais políticas, não se fala dos danos infligidos ao próprio mundo rural físico. E é nesse sentido que Serres (1991), ao analisar o direito natural moderno e o contrato social, nos dá uma pista da situação: “Estranhamente mudo sobre o mundo, esse contrato, dizem, nos fez deixar o estado de natureza para formar a sociedade. A partir do pacto, tudo se passa como se o grupo que o assinou, ao despedir-se do mundo, não mais se enraizasse senão em sua história” (SERRES, 1991, p. 47). Histórias de humanos. Saneamento para humanos. Qualidade de vida para humanos. Humanismo em saúde. Política vaidosa de sua história sanitária e de sua razão acima de todos os não humanos, afinal o saneamento básico beneficia uma espécie. A política de saneamento básico, torna-se, assim, um direito humano. Ainda com Serres: “A Declaração dos direitos humanos teve o mérito de dizer ‘todo homem’ e a fraqueza de pensar: ‘apenas os homens’ ou os homens sozinhos. Ainda não estabelecemos nenhum equilíbrio em que o mundo seja levado em conta, no balanço final” (SERRES, 1991, p. 49).

Como estabelecer um equilíbrio entre humanos e não humanos nas políticas de saneamento básico para humanos? Desafio lançado. E é nesse sentido que Tsing (2019) nos faz perceber algo bem sutil quando, na história de concentração de riquezas, humanos e não humanos viram “recursos de investimento”: “[Quanto à] história humana da concentração de riqueza, [ela se dá] por meio da transformação de humanos e não humanos em recursos para investimento, [ela] inspira investigadores a imbuir de alienação as pessoas e coisas, isto é, promover uma visão de que elas poderiam se manter autônomas, como se os entrelaçamentos da vida não importassem” (TSING, 2019, p. 45). Ora, as políticas de saneamento básico são uma história de autonomia para humanos, de conquista de terras, de espaços, em que os não humanos, chamados, então, de “recursos naturais a investir” não importam no entrelaçamento do que elas reivindicam como qualidade de vida e habitabilidade para os humanos. A natureza como “recurso”, e não como ontologia pós-crítica<sup>5</sup>, é um antropocentrismo latente.

Abrir um pacto de cortesia entre humanos e não humanos nas políticas de saneamento é, em primeiro lugar, um estranhamento de que saneamento básico é algo

---

<sup>5</sup> Trata-se aqui de reivindicar agência, intenções e existência resolutiva aos não humanos.

positivo por reparar iniquidades sociais no Brasil. Em um plano de mundo humano ideal, separado de todos os não humanos, políticas de saneamento se tornam direito humano a adquirir, ou melhor, um discurso sociológico crítico, em que o palco, com os humanos como protagonistas, é um “espelho” pronto a simplesmente refletir distinções de classe sociais a reparar. O desejo coletivo é egocêntrico, espelhado.

É preciso, pois, recobrar uma metafísica da mistura em Coccia (2018) para iniciarmos uma política de cortesia entre humanos e não humanos no mundo rural físico. Citando o exemplo da atmosfera, esta que perpassa todo o planeta, Coccia discorre sobre uma metafísica da mistura. Para Coccia: “Mais que uma parte do mundo, a atmosfera é um lugar metafísico em que tudo depende de todo o resto, a quintessência do mundo compreendido como espaço onde a vida de cada um está misturada à vida dos outros. O espaço em que vivemos não é um simples continente ao qual deveríamos nos adaptar. Sua forma e sua existência são inseparáveis das formas de vida que ele alberga e torna possível” (COCCIA, 2018, p. 51-52). Quanto ao conceito de mundo, Coccia também nos dá uma saída instigante: “Aquilo a que chamamos mundo não pode ser pensado como simples amontoado de objetos sem outra relação além de um contato de superfície, nem como a fusão integral dos corpos que dá lugar a um hiperobjeto distinto por essência e qualidade de componentes originários [...]. Se as coisas formam um mundo é porque elas se misturam sem perder sua identidade” (COCCIA, 2018, p.53-54).

Como pensar o mundo rural físico, repleto de humanos e não humanos, sem perder a identidade, que é a mistura de tudo nesse meio? As políticas de saneamento básico para humanos parece ser higiênica demais, retirando toda a perturbação<sup>6</sup> do mundo. No mais, tais políticas de saneamento agora falam de “tecnologia social”.

A ampliação do direcionamento tecnológico por via da chamada tecnologia social busca reforçar a mudança na orientação de programas de saneamento básico, apontada pelo Plano Nacional de Saneamento Básico - (PLANSAB) (BRASIL, 2019), mudança que representa a transição de serviços tecnocêntricos para serviços

---

<sup>6</sup> Para Tsing: “Os humanistas, desacostumados a pensar por meio da perturbação, associam o termo à degradação. Mas a perturbação, tal como entendida pelos ecólogos, nem sempre é ruim -e nem sempre é humana. A perturbação humana não é única em sua capacidade de sustentar relações ecológicas. Além disso, enquanto um, está sempre no meio das coisas: o termo não nos remete a um estado de harmonia anterior à perturbação. Perturbações seguem outras perturbações. Todas as paisagens, portanto, são perturbadas; a perturbação é ordinária. Mas isso não limita o termo. Trazer a questão da perturbação não encerra a discussão, mas a abre, permitindo-nos investigar as dinâmicas da paisagem. Se a perturbação é sustentável ou insustentável é uma questão que só pode ser resolvida por meio do que ela suscita: a renovação das assembleias [humanas e não humanas]” (TSING, 2022, P. 337-238).

multidimensionais que levam em conta “condições” ditas sociais, ambientais, culturais e econômicas, de humanos. Tal transição para serviços de saneamento multidimensionais busca evidenciar as relações sociais vigentes: econômicas, políticas e ideológicas. Demanda a incorporação de tecnologias não materiais aos serviços ditos “tecnocentros”, que historicamente são excludentes das interações sociais humanas na produção tecnológica (PAIM, 2008). Nesse sentido, as tecnologias sociais figuram com importância na “sustentabilidade do saneamento”, com reflexo direto nas condições de saúde para as populações humanas, sob o mote que seria também uma espécie de “saúde ambiental”, compreendendo o ambiente como aquele espaço onde habitam os humanos, conforme reconhecido no Sistema Único de Saúde (SUS), na Lei nº 8.080/1990, que afirma a importância do saneamento básico para a melhoria das condições de saúde da população humana.

No mais, o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB), que foi planejado e coordenado pelo Ministério das Cidades, hoje coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional no Governo Bolsonaro, compreende o principal instrumento da Política Pública Nacional de Saneamento Básico, no Brasil, em que há um processo participativo planejado em três etapas. Na primeira, dá-se início à formulação do Plano, em 2008, com o *Pacto pelo Saneamento Básico: mais saúde, qualidade de vida e cidadania*; seguindo em 2009 a 2010, com a elaboração do *Panorama do Saneamento Básico no Brasil* e finalizando em *Consulta Pública* da versão preliminar do Plano à sociedade, promovendo ampla discussão para fechamento do formato final, com macrodiretrizes e estratégias direcionadas a um futuro de 20 anos. Assim, a produção de elementos conceituais para o saneamento básico é o adensamento das reflexões sobre direitos humanos, promoção da saúde e erradicação da extrema pobreza.

As políticas de saneamento básico recebem forte influência dos ideais da Reforma Sanitária Brasileira, elas são, sobretudo, parte da retórica de sanitaristas que, voltados a erradicar a extrema pobreza entre humanos, não conseguem deixar o antropocentrismo latente de base. Como diria Serres: “Imerso no contrato exclusivamente social, o homem político até esta manhã o subscreve e reescreve, faz com que seja observado, especialista unicamente em relações públicas e ciências sociais; eloquente, até retórico, talvez até culto, conhecendo as entranhas, os corações e a dinâmica dos grupos, administrador, bom de mídia, essencialmente um jurista, ele mesmo produto do direito e produtor do direito: inútil tornar-se um físico” (SERRES,

1991, p. 56). O mundo rural nas políticas de saneamento básico não é físico, é crítica social. E é com Serres (1991) que assinamos um novo contato: “Tudo acaba de mudar. De agora em diante consideramos inexata a palavra política, pois ela se refere apenas à cidade, aos espaços publicitários, à organização administrativa dos grupos. [...] De agora em diante o governante deve abandonar as ciências humanas, as ruas e os muros da cidade, tornar-se físico, emergir do contrato social, inventar um novo contrato natural voltando a dar à palavra natureza o sentido original de condições em que nascemos” (SERRES, 1991, p. 56).

De cima para baixo, as tecnologias convencionais operantes nas políticas de saneamento básico nascem na cidade e são implantadas no campo. São políticas para as cidades, transportadas para um mundo rural físico. O contrato natural de Serres (1991) não é, por sua vez, um retorno a um naturalismo ou biologicismo, mas fazer o homem perceber que ele é natureza e que cidadania é um conceito vago, distante de uma metafísica da mistura do mundo. Ainda com Serres: “Entendo por contrato natural [...] o reconhecimento, precisamente metafísico, por cada coletividade, de que vive e trabalha no mesmo mundo global de todas as outras; não apenas cada coletividade política associada por um contrato social, mas também cada coletivo de qualquer espécie” (SERRES, 1991, p. 58-59).

Nas políticas de saneamento básico destaca-se a dimensão do chamado “desenvolvimento rural solidário e sustentável” a partir das correlações do saneamento com agricultura, segurança alimentar, nutricional e energia limpa. A Política Nacional de Saneamento Rural, pontua a necessidade de garantia de meios adequados para o atendimento às populações humanas, ou seja, soluções compatíveis com suas características socioeconômicas. Por meio da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), instituição de governo federal, busca-se fomentar a responsabilidade de instigar soluções de saneamento para prevenção e controle de doenças, além de formular e implementar ações de promoção e proteção à saúde ambiental humana. Eixo de conexão importante da saúde das populações do campo, sistematizada por meio da Política Nacional de Saúde Integral das populações do campo, floresta e águas, com o Programa Nacional de Saneamento Rural (PNRS).

Adensamento, sazonalidade, vegetação, cultura, produção, segurança, escolaridade, transporte, aspectos marcados sobretudo por uma relação indissociável da população rural com a terra representam cenário que transformará mutuamente



estratégias de abastecimento e saneamento em prol da qualidade de vida para humanos em áreas rurais. A compreensão dessa amplitude de aspectos demanda metodologias de formulação e implementação a partir da associação citada de tecnologias materiais e não materiais (PAIM, 2008). Ou seja, existe uma ordem de grandeza nessa política: prioridade para humanos. Podemos inferir que as políticas de saneamento básico são uma declaração de amor à humanidade, ao seu bem-estar. Nelas, o homem é o ser-em-toda-parte. É como diria Serres: “Amar somente os próximos ou semelhantes só leva à equipe” (SERRES, 1991, p. 62).

## **2. Tecnologia social como declaração de amor à humanidade**

No Brasil, há um empenho em conceituar tecnologia social através da constituição de um marco analítico-conceitual traçado pela Rede de Tecnologia Social (RTS) que se articula na tentativa de, a partir da integração de práticas e conceitos diversos, obter maior eficácia na solução dos problemas sociais através da tríade ciência-tecnologia-sociedade (CTS), com grande potencial de subsidiar políticas públicas. A tríade, ciência-tecnologia-sociedade (CTS), consolidada em espaços de pesquisas e universidades, vem apresentando caráter crítico às tecnologias convencionais<sup>7</sup>, sua origem é localizada há cinco décadas de onde partiu com investigações empíricas em sociologia com vistas a necessidade de uma regulação pública da produção científico-tecnológica. Há grande quantidade de expressões correlatas à tecnologia apropriada<sup>8</sup>, terminologia bastante expressiva do movimento crítico, o que demonstra sua inclusividade.

Tal movimento de caracterização da tecnologia social pela Rede de Tecnologia Social (RTS), apresentou processo de ressignificação diante da inclusividade que caracterizou a tecnologia apropriada, vista como necessária no contexto das décadas passadas. Processo de apropriação da Tecnologia Social (TS) por grupos latino-

---

<sup>7</sup> Tecnologia Convencional é caracterizada pelo “uso intensivo de capital e poupadoras de mão de obra, objetivando ao processo de transferência massiva de tecnologia de grande escala, característico dos países desenvolvidos, para os países em desenvolvimento, que podem criar mais problemas do que resolvê-los” (DAGNINO, apud. BRANDÃO, 2001, p.13).

<sup>8</sup> “O conceito de tecnologia apropriada, que surgiu internacionalmente no início dos anos 1970, desenvolveu-se motivado pela crise ambiental, com o esgotamento crescente das reservas naturais e o fracasso de parte das propostas desenvolvimentistas, adotadas pelos países em desenvolvimento, a partir da adoção de tecnologias procedentes de países desenvolvidos. O termo evoluiu com o tempo, ampliando sua definição, incorporando os fatores socioambientais, econômicos, institucionais e políticos” ( OLIVEIRA MORAES, apud. SILVA, P. N. et al. 2018, p.36).

americanos composto pela interface da academia, movimentos sociais, empreendimentos solidários, órgãos do governo e comunidades locais, todos no movimento de empenho na sistematização científica e tecnológica para proposição de soluções ao problema da exclusão social em áreas como a agricultura familiar, habitação popular, energias alternativas, reciclagem de resíduos, produção e conservação de alimentos, entre muitas outras, objetivando a inclusão social de todas as classes sociais. Diante da centralidade da exclusão social e do objetivo da inclusão social apresentado pela definição da Tecnologia Social, Dagnino (2010) questiona de quem e de onde parte, o que se denomina: demandas ou necessidades sociais, problemas sociais, necessidades básicas, necessidades dos socialmente excluídos ou simplesmente das demandas da inclusão social. Postula-se que necessidades sociais humanas não correspondem às expressões dos excluídos, o que incorre em verticalização e autoritarismo que tem sido comprovado como ineficaz nos projetos, políticas e programas com foco na solução das facetas da exclusão. Diante de tal problematização, a tecnologia social tem como sua premissa que a “abordagem parte da ideia de que esses ‘problemas sociais’ não devem ser postulados a priori” (DAGNINO, 2010, p.9).

As tecnologias sociais têm sido aplicadas nas políticas de saneamento básico no Brasil. Centradas no bem-estar da população humana, elas são uma declaração de amor à humanidade (SERRES, 1991). A participação social não só é apresentada como objetivo no PLANSAB, mas perpassa sua própria construção. Onde observa-se sua sistemática em consultas públicas, revisões e atualizações. Um dos produtos do processo de construção do PLANSAB é o caderno 6 (Saneamento rural no Brasil) de uma coleção de 12 cadernos que apresentam conceitos com definições de posições teóricas e políticas sobre aspectos essenciais para a elaboração do próprio plano. Quanto ao saneamento rural, as mobilizações estão voltadas à garantia do saneamento básico como direito humano, associado à promoção da saúde e erradicação da extrema pobreza por meio de desenvolvimento de base rural solidário e sustentável. São apresentados temas como a conformação de identidades rurais, territórios e dinâmicas sociais e a própria definição do conceito de rural para o saneamento básico pautados na PNSR (2019), principal documento empreendido pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), que delinea e fornece bases para planejamento e gestão dos serviços que determinam saúde e qualidade de vida no Brasil. Ou seja, consonante com o marco analítico conceitual da tecnologia social.

O espectro entre exclusão e inclusão social apresenta-se como marcador da tecnologia social. Eixo em que o conceito de Adequação Sociotécnica (AST) é reconhecido como elemento analítico-conceitual central da TS por dimensionar os atores sociais humanos como responsáveis pela decisão final acerca de uma série de opções tecnicamente possíveis. A sustentabilidade de projetos, na perspectiva da adequação sociotécnica pela construção social da tecnologia postula que o caminho que vai de uma ideia brilhante até uma aplicação bem-sucedida é longo e sinuoso, deste modo, a sustentabilidade corresponde mais aos valores e interesses sociais do que com a superioridade técnica na ideia convencional (DAGNINO, 2010), portanto, a AST, com a ideia de grupo social relevante, ou seja, o grupo se adequa às tecnologias materiais de acordo aos seus interesses, dita o significado à sustentabilidade.

Como podemos perceber, o contrato aqui firmado é de amor à humanidade. A tecnologia social é uma história de humanos e para humanos, produzida por, e com Stengers: “cabeças pensantes da humanidade encarregadas de levar o rebanho humano rumo ao progresso” (STENGERS, 2015, p. 56). O mundo rural físico continua desconhecido nessas políticas de saneamento básico, pois sequer é citado, enquanto possuidor de ontologias pós-críticas<sup>9</sup>. E é, nesse sentido, que nos aproximamos de Serres: “que direito conquistarão nossos direitos de contestar nossos conhecimentos?” (SERRES, 1991, p. 75).

Firmar um novo contrato natural com o mundo rural físico é portanto: 1) por fim ao protagonismo de humanos em políticas para o mundo rural físico; 2) estranhar a boa intenção de políticas de saneamento básico; 3) deslocar as iniquidades sociais de humanos para as iniquidades entre humanos e não humanos que barram a desenvoltura dessas políticas e abrir-se ao mundo rural físico. Essa nova orientação não se inicia por uma busca de bem-estar ou qualidade de vida, seja para humanos, seja para não humanos, mas pelo entendimento das interdependências entre ambos, o que produz um novo olhar sobre o desejo do que importa em áreas rurais, em uma psicologia sob “virada ontológica”. Interdependência significa obrigação de humanos e não humanos *fazendo mundo* na arte do habitável nas áreas rurais. Não se trata de liberdade, de emancipação e de autonomia de humanos. Interdependência é o reconhecimento que pensar em benefício, “melhoria”, em políticas públicas de saneamento básico, precisa

---

<sup>9</sup> No sentido proposto por Latour: “Quanto mais se coloca em primeiro plano a ‘deambulação’ da referência, mais improvável parecerá que isso constitua o *próprio modo* pelo qual deveria passar a antiga ‘coisa conhecida’ para se manter na existência” (LATOUR, 2019, p. 77).

deixar de ser antropocêntrico. Fazer perceber humanos e não humanos em interdependência no mundo rural físico é exercer a arte do habitável, isto é, tornar um ambiente em contrastes ativos<sup>10</sup>, em que diplomacia entre humanos e não humanos é a necessidade básica.

Se humanos passaram a viver em áreas remotas, ali construíram suas casas, plantaram vegetais comestíveis e iniciaram criações de animais, fincando raízes como as árvores em solo fértil. O homem rural passa a depender da desenvoltura de todos os não humanos. Tornar um lugar são, saneável, é seguir as cadeias de interdependências. Para Stengers: “Mas o que foi tão mal e tão pouco defendido não foi o que tinha sido conquistado, mas a *transposição do que havia sido conquistado para as categorias próprias à gestão estatal*. Proporei o termo ‘qualquer um’ para caracterizar essa transposição. O que foi conquistado *por todos* se redefiniu por categorias que se dirigiam a *qualquer um*” (STENGERS, 2015, p. 89). As políticas de saneamento básico costumam transformar os não humanos em “qualquer um” em prol do bem-estar humano, quando “qualquer um” passa a ser chamado de “recurso disponível”. É preciso aterrissar no mundo rural físico e, com ele, perceber todos que ali habitam, praticar uma nova *arte* um mundo habitável<sup>11</sup>. Ainda com Stengers: “A ordem pública está sempre se restabelecendo, com suas pretensões de ser sinônimo da defesa de um interesse geral que se tem de explicar a uma população sempre suspeita de querer dar prioridade a seus interesses egoístas. Estamos saturados de narrativas consensuais, nas quais o que se conseguiu contar é apresentado como normal, nas quais a luta passou sob silêncio, nas quais aqueles que tiveram que aceitar, tornaram-se aqueles que ‘reconheceram a necessidade de...’” (STENGERS, 2015, p. 71).

O mundo rural físico não está aí para reconhecer apenas a necessidade de humanos. Pensar uma arte do habitável é, antes de tudo, nomear Gaia. Ainda com Stengers: “*Teremos sempre que contar com Gaia*, que aprender, à maneira dos povos antigos, a não ofendê-la” (STENGERS, 2015, p. 53). A arte do habitável precisa se desvincular das políticas antropocêntricas de saneamento básico. É preciso abandonar a

---

<sup>10</sup> Para Stengers: “Algumas pessoas adoram dividir e classificar, enquanto outras fazem pontes – tecem relações que transformam uma divisão em um contraste ativo, com poder de afetar, de produzir pensamento e sentimento” (STENGERS, 2017, p. 2).

<sup>11</sup> Sobre a questão da habitabilidade, Latour discorre: “A questão deve ser, portanto, de definir de maneira mais realista as lutas de classe tendo em conta novas materialidades, este novo materialismo, imposto pela orientação rumo ao Terrestre [Latour conceitua de Terrestre todos os humanos e não humanos que habitam a Terra]” (LATOUR, 2017, p. 80, tradução nossa).

“conquista épica<sup>12</sup>” de humanos sobre o mundo rural físico. É preciso escrever um novo capítulo.

## Conclusão

Buscamos aqui um estranhamento da busca por bem-estar e o fim das iniquidades sociais entre humanos a partir de um discurso sobre saneamento básico para áreas rurais. Foi percebido a declaração de amor à humanidade por sanitaristas. Ressaltamos o perigo do antropocentrismo e das tecnologias sociais, como novo método em políticas de saneamento que nada mais são que exercícios narcísicos de humanos na construção exclusiva de sua história de classe, em detrimento da história das misturas que *fazem o mundo rural físico*.

Este capítulo pretendeu, por fim, instigar a imaginação.

## Bibliografia

ALPINO, T. A.; SENA, A. R. M.; FREITAS, C. M. *Desastres relacionados à seca e saúde coletiva: uma revisão da literatura científica*. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(3): p. 809- 820. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta*. 1. ed.; 1. reimp. Brasília: Editora do Ministério da Saúde. 2013 Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_populacoes\\_campo.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacoes_campo.pdf). Acesso em: 09/01/2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. *PORTARIA Nº 2.311, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014*. Brasília, 2014. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2311\\_23\\_10\\_2014.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2311_23_10_2014.html). Acesso em: 29/10/2022.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. *Plano Nacional de Saneamento Ambiental: mais saúde com qualidade de vida e cidadania*. Brasília, 2013. Acesso em: 10/10/2022. Disponível em: [http://www.cecol.fsp.usp.br/dcms/uploads/arquivos/1446465969\\_Brasil-PlanoNacionalDeSaneamentoB%3%A1sico-2013.pdf](http://www.cecol.fsp.usp.br/dcms/uploads/arquivos/1446465969_Brasil-PlanoNacionalDeSaneamentoB%3%A1sico-2013.pdf)

---

<sup>12</sup> Para Stengers: “Aceitar nomear Gaia é, portanto, abandonar o vínculo entre emancipação e conquista épica, e até mesmo entre a emancipação e a maioria das significações ligadas ao que foi, desde o século XIX, batizado de ‘progresso’” (STENGERS, 2015, p. 53).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Saneamento. *Plano Nacional de Saneamento Ambiental: mais saúde com qualidade de vida e cidadania*. Documento em revisão submetido à apreciação dos conselhos nacionais de saúde, recursos hídricos e meio ambiente pelo Ministério do Desenvolvimento Regional Secretaria Nacional de Saneamento. Brasília, 2019. Acesso em: 29\10\2022. Disponível em: [https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/plansab/Versao\\_Conselhos\\_Resolucao\\_Alta\\_Capa\\_Atualizada.pdf](https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/plansab/Versao_Conselhos_Resolucao_Alta_Capa_Atualizada.pdf)

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. *Programa Nacional de Saneamento Rural*. Brasília, Funasa. 2019. Acesso em: 10\11\2021. Disponível em: [http://www.funasa.gov.br/documents/20182/38564/MNL\\_PNSR\\_2019.pdf](http://www.funasa.gov.br/documents/20182/38564/MNL_PNSR_2019.pdf)

CALVETTI, P. Ü.; MULLER, M. C.; NUNES, M. L. T. *Psicologia da Saúde e Psicologia Positiva: Perspectivas e Desafios*. PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO, 2007, 27 (4), p. 706-717. Acesso em: 29\10\2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/R7zYRDfw7HddrVvHFdRnNSQ/?format=pdf&lang=pt>

COCCIA, E. *A vida das plantas: uma metafísica da mistura*. Florianópolis, Cultura e Barbárie, 2018.

DAGNINO, R. (Org.). *Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade*. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP : Komedi, 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.. *Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. 2022. Acesso em: 29\10\2022. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=6>

LATOURETTE, B. *Où atterrir? Comment s'orienter en politique*. Paris, La Découverte, 2017.

\_\_\_\_\_. *Investigação sobre os modos de existência: uma antropologia dos modernos*. Petrópolis, Vozes, 2019.

MARCHIORI, R. de A. TSING, Anna. 2019. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas. 284p. *Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)*, 29(2), e179012. 2020Acesso em: 29\10\2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/179012/167369>

OLIVEIRA, M. T. C. S.; MORAES, L. R. S. *A tecnologia apropriada e o sistema condominial de esgoto sanitário: uma revisão conceitual*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL – ABES, 23, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2005.

PAIM, J. S. *Modelos de atenção à saúde no Brasil*. In: GIOVANELLA, L.; ESCOREL, S.; LOBATO, L.V.C. et al. (Org.). *Políticas e sistema de saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. p.547-573.

SERRES, M. *O Contrato Natural*. Portugal: Instituto Piaget. 1991. Acesso em: 11\11\2021. Disponível em: [https://monoskop.org/images/7/71/Serres\\_Michel\\_O\\_contrato\\_natural.pdf](https://monoskop.org/images/7/71/Serres_Michel_O_contrato_natural.pdf)

STENGERS, I. *No tempo das catástrofes*. São Paulo, Cosac Naify, 2015.

\_\_\_\_\_. *Reativar o animismo*. Caderno de Leitura, n 62, Aceso em: 27 de out. 2022. Disponível em: <https://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2017/05/caderno-62-reativar-ok.pdf> .

\_\_\_\_\_. *Estamos divididos*. N-1 Edições. Acesso em 27 de out. 2022. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/estamos-divididos> .

TSING, A. *O cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo*. São Paulo: N-1 Edições, 2015.

UNITED NATIONS (UN). *Report of the special rapporteur on the human right to safe drinking water and sanitation*. Geneva: UN, 2015. Acesso em: 29\10\2022. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/3871117?ln=en>

UNITED NATIONS (UN). *Resolution adopted by the General Assembly on 25 September 2015. Transforming our World: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. Geneva: United Nations. 2015. Acesso em: 29\10\2022. Disponível em: [https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A\\_RES\\_70\\_1\\_E.pdf](https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_70_1_E.pdf)

## **Parte 2**

### **O QUE A PSICOLOGIA DA SAÚDE SOB “VIRADA ONTOLÓGICA” PODE CONTRIBUIR PARA PESQUISAS EM SANEAMENTO BÁSICO EM ÁREAS RURAIS?**

Artigo submetido a *Revista Psicologia & Saúde* (ver apêndice B)



## CAPÍTULO 2 - ARTIGO 2

### O QUE A PSICOLOGIA DA SAÚDE SOB “VIRADA ONTOLÓGICA” PODE CONTRIBUIR PARA PESQUISAS EM SANEAMENTO BÁSICO EM ÁREAS RURAIS?

Artigo submetido a *Revista Psicologia & Saúde* (ver anexo 2)

Otávio Ribeiro Lago Netto (UFBA)  
Paulo Rogers Ferreira (UFBA)

#### Resumo

A Psicologia da saúde sob “virada ontológica” é o que propomos aqui. A partir de estudo de caso, mais precisamente das alianças afetivas esquecidas nas políticas públicas em saneamento básico em áreas rurais na Bahia, Brasil, buscaremos excitar a imaginação de psicólogos da saúde para uma nova psicologia da saúde. Conceitos como “desenvolvimento”, “progresso social”, “saúde para todos”, “qualidade de vida” e “bem-estar”, que marcam as políticas públicas de saneamento básico, serão revisados em seu aspecto antropocêntrico. A intenção é trazer para o campo Psicologia e Saúde uma outra diretriz. Como recorte metodológico, pesquisa exploratória com gestores e operadores de um programa de saneamento básico, em um município do sudoeste baiano, como também com os moradores beneficiados pelo programa. Como resultado, uma crítica à uma visão centralizada no bem-estar do cidadão em detrimento do ambiente físico/ecológico/cosmológico.

Palavras-chaves: Psicologia da Saúde, Virada ontológica, Políticas Públicas em Saneamento básico

## Introdução

Este artigo é um desdobramento parcelar de dissertação de mestrado em Psicologia da Saúde (PS). Trata-se de um estudo empírico na zona rural em um município do sudeste baiano, no semiárido, com população de 12 mil habitantes, destes, 9.246 residem em zona rural que corresponde a 71,34% (IBGE, 2017; 2010). Seu pertencimento ao chamado polígono das secas e população majoritária rural são questões de interesse para esta pesquisa que se detém ao processo de tecnologia social empregada no Programa Água Doce (PAD) (MMA, 2012), política pública que promove acesso à “água de qualidade” para o consumo humano por meio de sistema de dessalinização de águas subterrâneas não apropriada para consumo desta espécie. Partindo da questão que é o título deste artigo, busca-se introduzir a emergência da “virada ontológica” como nova orientação e consolidação às pesquisas em Psicologia da Saúde.

A “virada ontológica” é um movimento surgido nos anos 1990, sobretudo em Antropologia (SÁ JÚNIOR, 2014), que questiona o método empregado em toda ciência moderna, das ciências naturais às humanas, o que inclui à Psicologia (BELO, 2018). A “virada ontológica” aponta a limitação de divisões conceituais, em ciência moderna, tais como natureza x cultura, sujeito x objeto, ciências humanas x ciências biológicas x tecnologia. Esses conceitos estariam em uma perspectiva antropocêntrica em que o sujeito homem é o único que pensa e age enquanto a natureza, as máquinas e o objeto seriam compreendidos como manipuláveis pelo primeiro, passivos, cobaias, frios e sem intencionalidade. A “virada ontológica” busca, portanto, evidenciar a intencionalidade/ação, a ontologia negligenciada dos não humanos (animais, plantas e máquinas) em ciência moderna, demonstrando *também* as influências dos não humanos sobre os humanos. E no campo da Psicologia da Saúde sob “virada ontológica”, como esses não humanos (solos, esgotos, bactérias, água, sal, entre inúmeros outros) manipulam, influenciam, fazem política e fomentam desejos e realizações de humanos, tal como na elaboração e na consolidação de políticas públicas em saneamento básico em áreas rurais, mais especificamente no município investigado.

Os caminhos do reconhecimento institucional da Psicologia da Saúde estão atrelados à dinâmica do campo da saúde que, a partir da Conferência de Alma-Ata, organizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e realizada no Cazaquistão em 1978, procurou ampliar o conceito de saúde para todos os países associados a partir do

slogan “Saúde para todos no ano 2000”, necessitando, portanto, de uma maior interdisciplinaridade entre várias áreas do conhecimento, o que incluía a Psicologia. A atenção primária à saúde foi o foco da conferência, tomada enquanto estratégia para oferta à toda população, articulada através de sistemas de saúde associando noções de: integralidade da assistência, articulações intersetoriais, participação comunitária popular, cidadania e esforços de educação (FACCHINI, 2018).

O campo da psicologia da saúde surgiu formalmente em 1973, a partir da American Psychological Association (APA) e ele está vinculado inicialmente à colaboração entre Psicologia e Medicina (RIBEIRO, 2011). Psicólogos passaram a colaborar com os médicos, nos Estados Unidos, recobrando processos psíquicos de pacientes após a Segunda Guerra Mundial, em que reabilitação de doenças físicas era uma constante. Na mesma década, a Conferência de Arden House, realizada em Nova York, teve como pauta a proposição de recomendações para formação em Psicologia da Saúde, onde foi afirmada sua distinção pelo próprio corpo teórico e científico: Stone (1979) traz conceito ampliado com ênfase à aplicação da psicologia em tudo que contém campo da saúde; Matarazzo (1980) dá ênfase à aplicação da Psicologia aos processos de saúde\doença. Diante da trama da constituição da Psicologia da Saúde, Machado e Kind (2019) afirmam que “esses embates indicam que ainda não se conseguiu estabelecer uma definição muito clara que permeia os debates acerca da Psicologia da Saúde” (MACHADO E KIND, 2019, p.3). Porém, os autores sinalizam que a expansão do campo está diretamente relacionada ao amadurecimento de outro campo, o da Saúde.

Quanto à Psicologia da Saúde no contexto brasileiro, segundo Machado e Kind (2019), são nos programas de pós-graduação, com suas linhas de pesquisa, estruturação de periódicos e conferências que se averigua o campo da Psicologia da Saúde construindo o percurso na demarcação dentro da área de Psicologia. Machado e Kind (2019) apresentam dois movimentos no campo da PS no Brasil. O primeiro diz respeito ao movimento de se constituir enquanto projeto de ciência através da criação da Associação Brasileira de Psicologia da Saúde (ABPS), na qual tem sua primeira diretoria executiva composta exclusivamente por docentes de programas de pós-graduação, com envolvimento em projetos de pesquisa, editoração de revistas científicas, atuação em eventos científicos, entre outros. Quanto ao segundo movimento, a Psicologia da Saúde como prática profissional, possibilidade de intervenção no campo da Saúde, deste modo, correspondendo a um subcampo especializado. Porém, e ainda com Machado e Kind (2019), o campo da Psicologia da Saúde necessita de maior

consolidação no meio acadêmico, marcado por produzir consensos, bem como sanar dificuldade de uma entrada mais consolidada na própria prática profissional.

Nesses dois aspectos, este artigo busca alinhar esse novo campo emergente, o da Psicologia da Saúde com a “virada ontológica” em Psicologia, movimento também emergente no âmbito das ciências humanas em geral.

Partindo de estudo de caso com referência ao Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2019), principal instrumento das políticas públicas de saneamento básico, que se desdobra no Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR) articulado em um município do sudoeste baiano, busca-se avançar em técnicas de pesquisa em Psicologia da Saúde sob “virada ontológica” à consolidação e efetivação do papel do psicólogo da saúde nas políticas públicas em Saúde voltada para populações rurais no Brasil com base na Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, Floresta e Águas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

Tendo em vista que abastecimento de água potável compreende um dos quatro eixos integrados no PLANSAB, com formulação iniciada em 2008 com o Pacto pelo Saneamento Básico: mais saúde, qualidade de vida e cidadania; processo com formulação de macrodiretrizes e estratégias direcionadas a um futuro de 20 anos (2014-2033), a produção de elementos conceituais para o saneamento básico é o adensamento das reflexões sobre direitos humanos; promoção da saúde; erradicação da extrema pobreza. Posição afirmada no pacto pelo saneamento e formulada por panorama extenso do saneamento no país (HELLER, 2014; REZENDE, 2014). O saneamento básico, por fim, compreende a seguinte organização de serviços públicos: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; drenagem e manejo de águas pluviais urbanas previstos na Lei nº 14.026 (2020). Ou seja, serviços que agenciam a possibilidade da *vida humana* no ambiente, condições básicas cuja garantia traduz-se por cidadania.

Dentro das ações de saneamento básico, levar água potável a uma comunidade deve ser a primeira ação sanitária social que um programa de saneamento deve implementar segundo o Ministério da Saúde (2019). O conjunto de infraestrutura para o abastecimento de água varia de acordo com aspectos ambientais (disponibilidade dos chamados “recursos hídricos”), territoriais (ocupação e uso do espaço) e sociais (hábitos, cultura). Os serviços multidimensionais que levam em conta condições sociais, ambientais, culturais e econômicas, compõem o eixo norteador das atuais políticas de

saneamento rural que busca uma composição sustentável de “promoção da saúde humana” e “equilíbrio ambiental” para o bem-estar humano.

E é nesse sentido que as tecnologias sociais figuram com importância à sustentabilidade do saneamento, pois “parte da consideração do processo de trabalho em que se envolvem os seres humanos, no ambiente da produção de bens e serviços” (DAGNINO, 2014, p. 139). Enquadrando a sustentabilidade nos termos em que as características dessa produção “deve assumir a forma de produzir para tornar-se funcional a um contexto socioeconômico particular e ao acordo social que ele engendra” (DAGNINO, 2014, p. 140). Em síntese, Dagnino (2014) conceitua tecnologia social enquanto: “resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho em função de um contexto socioeconômico” (DAGNINO, 2014, p. 144). No mais, a apropriação da terminologia tecnologia social perpassa grupos latino-americanos composto pela interface da academia, movimentos sociais, empreendimentos solidários, órgãos do governo e comunidades locais, todos empenhados na sistematização científica e tecnológica para proposição de soluções ao problema da exclusão social em áreas como a agricultura familiar, habitação popular, energias alternativas, reciclagem de resíduos, produção e conservação de alimentos, entre muitas outras, objetivando a inclusão social (DAGNINO, 2010). E é aqui que a colaboração de uma Psicologia da Saúde sob “virada ontológica” surge para questionar 1) a centralidade apenas no bem-estar de humanos nesta política pública e 2) e solo, água e plantas como “recursos naturais”, isto é, prontos para serem explorados/investidos.

Para tanto, e como ponto de partida à “virada ontológica” em Psicologia da Saúde, recobra-se aqui o conceito de aliança afetiva em Krenak (2022) que diz respeito a afetos entre mundos não iguais de humanos e não humanos:

Esse movimento não reclama por igualdade, ao contrário, reconhece uma intrínseca alteridade em cada pessoa, em cada ser, introduz uma desigualdade radical diante da qual a gente se obriga a uma pausa antes de entrar: tem que tirar as sandálias, não se pode entrar calçado. Assim eu escapei das parábolas do sindicato e do partido (quando um pacto começar a cobrar tributo, já perdeu o sentido) e fui experimentar a dança das alianças afetivas, que envolve a mim e uma constelação de pessoas e seres na qual eu desapareço: não preciso mais ser uma entidade

política, posso ser só uma pessoa dentro de um fluxo capaz de produzir afetos e sentidos. Só assim é possível conjugar o *mundizar* (Krenak, 2022, p. 82-83).

Partimos da crítica ao conceito de tecnologia social em seu caráter antropocêntrico, propomos uma ampliação da participação de não humanos em políticas de saneamento básico por meio da evidência das interdependências psíquicas de vários seres (humanos e não humanos) em alianças afetivas (KRENAK, 2022; STENGERS, 2023). Este artigo, portanto, busca descentralizar o humano, colocando-o como interdependente de todos os outros não humanos, em que a Psicologia da Saúde sob “virada ontológica” recobriria processos psicológicos no ato de mundizar o habitável, tal qual proposto por Krenak (2022).

### **Método**

O método adotado foi o descritivo exploratório, com abordagem qualitativa, na compreensão sensível das alianças afetivas (de humanos e não humanos), ausentes na constituição da elaboração e execução da chamada tecnologia social, empregada no Programa Água Doce (PAD), executado em um município do sudoeste baiano, política pública que promove acesso à água de qualidade para o consumo humano por meio do aproveitamento sustentável de águas subterrâneas em sistemas de dessalinização. As entrevistas foram semiestruturadas e executadas em 30 de março de 2023. Os critérios de inclusão para a entrevista foram: os signatários do acordo de gestão compartilhada e os operadores do sistema de dessalinização do Programa Água Doce (PAD), que residem nas localidades atendidas pelo programa. No total de 8 (oito) entrevistados, sendo 5 (cinco) gestores e 3 (três) operadores e 1 morador. Como método, a observação nas falas dos participantes da influência dos não humanos (água, sal, máquinas, solo, animais, entre outros) e que não constam na compreensão do conceito de tecnologia social pelo Programa. Os critérios de exclusão foram: moradores das localidades que não compõem o grupo gestor e os que não são operadores do sistema de dessalinização. O instrumento de coleta de dados foi a observação na busca de: 1) informações sobre as ações do solo, da água, das máquinas, entre outros não humanos, na configuração do conceito de tecnologia social empregado; 2) se havia execução efetiva do conceito de tecnologia social e 3) qual era o conceito de qualidade de vida em saneamento básico

pretendido. Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto Multidisciplinar em Saúde da Universidade Federal da Bahia (CEP-IMS/UFBA), via Plataforma Brasil, sob parecer número 5.826.940.

### **Resultado e Discussão**

O município investigado é um dos 417 municípios do Estado da Bahia, na região nordeste do Brasil. O município possui em torno de 12 mil habitantes, 28,66% localizados em área urbana e 71,34% em área rural. Sua área é de 1.489,80 km<sup>2</sup> e a densidade populacional é de 8,70 hab/km<sup>2</sup>, enquanto o Estado tem, em média 26,54 hab/km<sup>2</sup>. O município está inserido no bioma Caatinga, e na Região Hidrográfica Atlântico Leste. O Instituto de Água e Saneamento (IAS), apresenta que 59,2% da população do município é atendida com drenagem de águas pluviais, porcentagem elevada frente a média de 16,32% do Estado e 25,96% do país. Dado que pode revelar a utilização de água de chuva como “recurso hídrico” por meio de sistemas de captação de água de chuva em domicílio. Investimento massivo em cisternas perceptível ao adentrar a paisagem do rural, que se confirma com a narrativa dos moradores. Trata-se do Programa Água para Todos (PAT), criado pelo Governo do Estado da Bahia, em 2007, também como o Programa Água Doce (PAD), apresenta como objetivo o acesso à água em qualidade e quantidade, propiciando o “direito universal humano”. Visa diversas formas de utilização ofertando serviço por meio de uma gestão integrada, sustentável e dita “participativa”, articulada e integrada a componentes de “sustentabilidade ambiental”. Engloba um conjunto de ações ambientais e de saneamento através das linhas de ação e serviços: abastecimento de água, esgotamento sanitário, meio ambiente e projetos socioeconômicos, saneamento integrado e estudos estratégicos.

Em âmbito nacional, desde 2013, o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água (Programa Cisternas) centra-se na terminologia tecnologia social de acesso à água. A tecnologia social é a contratualização com um conjunto de técnicas e de métodos aplicados para a captação, o armazenamento, o uso e a gestão da água, desenvolvidos a partir da interação entre o conhecimento técnico apropriado e implementado com a participação da comunidade (moradores locais).

No que se refere ao Programa Água Doce (PAD), a utilização da terminologia predominante é a mobilização social, o que contempla a mobilização de humanos e manutenção destes em suas necessidades de consumo. Centrado no bem-estar de humanos, procura gerar modelos de planejamento para mobilização social humana à boa execução do sanear (BRASIL, 2012). Como resgatam Henriques; Braga e Mafra (2002), o significado do verbo *mobilizar* corresponde a dar movimento ou pôr em movimento e circulação (humana); acresce à conceituação ao equiparar mobilização à convocação de vontade para determinado propósito que leve à mudança da realidade compartilhada socialmente por humanos. O conceito de mobilização social, por sua vez, parte de bases sociais humanas e sistema político democrático e do enfoque aos problemas que compõem o meio social, conforme pontuado por Toro e Werneck (2007). De outro modo: “é preciso colocar estes problemas reais em movimento e circulação na sociedade, para o que é essencial estabelecer estratégias comunicativas” (HENRIQUES; BRAGA E MAFRA, 2002, p. 3). O horizonte ético da mobilização social é o projeto de nação expresso, no caso do Brasil, pela Constituição Federal, que opta pela soberania nacional, cidadania, dignidade da pessoa humana, pelos valores do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político.

Desde 2012, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema) coordena na Bahia o Programa Água Doce (PAD), ação fomentada pelo Governo Federal nos 10 Estados do semiárido brasileiro, que visa estabelecimento de uma política pública. Em 2022, nos 10 anos de PAD no Estado da Bahia, e em vias de finalização das implantações e manutenção de 291 sistemas de dessalinização em 55 municípios, Estado com maior número de sistemas instalados, os critérios para atendimento são prioritariamente: os municípios com menores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M); altos percentuais de mortalidade infantil; baixos índices pluviométricos; e com dificuldade de acesso aos recursos hídricos. Para isso, foi desenvolvido pelo Governo Federal, o Índice de Condição de Acesso à Água do Semiárido (ICAA) a partir do cruzamento dos indicadores acima citados (BAHIA, 2022).

Conforme Relatório Executivo do Programa Água Doce Bahia (BAHIA, 2022), objeto de nossa pesquisa, são definidos três sequenciais. Observa-se que o Índice de Acesso à Água do Semiárido (ICCA) compreende critérios muito específicos que não levam em consideração demais determinantes socioambientais em saúde largamente utilizado em Saúde Coletiva (BUSS, 2000). Na primeira fase, diagnóstico que inclui (análises físico-químicas da água dos poços e caracterização socioambiental das



comunidades, testes de vazão, e elaboração dos projetos executivos dos sistemas de dessalinização). Na segunda fase, implantação do sistema (através das obras civis e instalação dos dessalinizadores; elaboração dos Acordos de Gestão Compartilhada e das Palestras/ Oficinas do componente sustentabilidade ambiental). Na última fase, monitoramento e manutenção dos sistemas (dessalinização/obras civis, mobilização social, e análises das águas que compõem o sistema). Para essa fase, a Secretaria do Meio Ambiente da Bahia (SEMA/BA) e a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), instituição vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia (SDR/BA), assinaram um Contrato para prestação de serviço técnico e social nos sistemas implantados pelo PAD/BA (BAHIA, 2022).

Na realidade do município investigado, temos os operadores e gestores com vínculos com a prefeitura municipal, uma alternativa diante da falta de mobilização social, já que o PAD estudando não entra em cadeia produtiva com mudança social e qualidade de vida na perspectiva da comunidade, já que é complementar a outras formas de abastecimento de água, como, por exemplo, carros pipa e cisterna, ficando evidente discretamente o impacto nos serviços de saúde. Necessitando de processos de implementação com tecnologias sociais adequadas para cada localidade com que conta com o maquinário de dessalinização, visto que, diante de um Diagnóstico Rural Participativo (DRP) (VERDEJO, 2010) com vasta utilização de ferramentas e metodologias, os elementos locais serão compreendidos como expressivos.

Cabe, portanto, a questão: no que toca tais definições sobre mobilização social e tecnologia social, o que o psicólogo da saúde sob “virada ontológica” pode reparar no trato do papel que o Programa Água Doce incube aos não humanos (solo, água e máquinas)? Observamos que os não humanos aqui citado se tornam meros “recursos” disponíveis (sejam naturais, sejam tecnológicos), passivos, manipuláveis e sem influência no chamado “poder de decisão”. E aqui recobramos Krenak: “Recurso natural para quem? Desenvolvimento sustentável para quê? O que é preciso sustentar?” (Krenak, 2020, p. 22). E continua: “Essa ideia suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. Oferece o mesmo cardápio, o mesmo figurino e, se possível, a mesma língua para todo mundo” (Krenak, 2020, p. 23). Capacitação de água subterrânea como “recurso” (pior ainda, finito) em benefício de uma espécie, a humana, transformada em “o cidadão de direitos”, tudo isso sob o discurso de “igualdade de condições”, entre humanos, tem negligenciado o papel das alianças afetivas com os não humanos (solo, água, plantas e animais nativos) na

construção de um habitável para todos em áreas rurais, haja vista que os únicos que merecem ter qualidade de vida com o saneamento básico são os cidadãos humanos que ali chegaram e por direito. A Psicologia da Saúde sob “virada ontológica” busca descentralizar essa necessidade de beneficiar apenas uma espécie, como se esse beneficiamento fosse a solução para todas as outras. Ora, saneamento básico em áreas rurais beneficia humanos em vulnerabilidade social, mas amplia a devastação de uma área, canalizando águas subterrâneas, abrindo valas, desmatando a caatinga, abrindo novas estradas. Dito de outro modo, é uma ideia de “desenvolvimento sustentável” associada à “progresso social humano”, traduzida por política de saneamento básico, em prol de um bem-estar para humanos. O psicólogo da saúde sob “virada ontológica” precisa, portanto, romper com essa ideia de “progresso civilizatório” que se tornou uma espécie de “mantra” entre sanitaristas no campo da Saúde, por mais que a pauta do saneamento básico em áreas rurais seja criar estratégias novas para interferir nos ciclos de vetores de doenças para humanos, mantendo o chamado “processo natural o mais intocado possível”, por meio de sanitários secos, compostagem, observação aos níveis de fossa e de poços, entre outros. Ora, é justamente no “interferir” que o papel do psicólogo da saúde sob “virada ontológica” pode se inserir, fazendo perceber se tal interferência contempla um “comum” para todos (humanos e não humanos que habitam em áreas rurais), traduzido por alianças afetivas (KRENAK, 2020). Por exemplo, o que pensa o solo, os passarinhos, as cobras, as minhocas, os peixes, as onças, o ar sobre a construção de cisternas, qualidade de vida e mobilidade social (humana) em seu território?

E é assim que esta pesquisa buscou, em entrevistas com gestores e moradores, contemplados pela tecnologia social ofertada pelo Programa Água Doce, os elementos para uma aliança afetiva entre humanos e não humanos na produção de uma Psicologia da Saúde sob “virada ontológica”, rompendo, portanto, com o ideário das políticas de saneamento básicos traduzido por “desenvolvimento” e “progresso social/tecnologia social”. Neste sentido, seis categorias de análises foram formuladas:

- 1) *Energia elétrica*: energia elétrica como o marco do “desenvolvimento”;
- 2) *Habitação*: habitação com cisterna como o marco de “progresso social”;
- 3) *Seca*: como desafio ao “desenvolvimento” e ao “progresso social”;
- 4) *Maquinário*: como recurso ao “desenvolvimento”;

- 5) Mobilização: como “progresso social”, sinônimo de “cultura cidadã”;
- 6) Tecnologia social: instrumento de “progresso social”.

E para romper com o ideário de saneamento básico sinônimo de “desenvolvimento”, “progresso social” e “cidadania”, recobramos o que nos ensina Belo (2018) sobre a “virada ontológica” em psicologia:

Trata-se (...) de defender que muitos mundos e existentes [humanos e não humanos] são possíveis e são compostos de diferentes maneiras e que para se ter acesso a eles é necessário ultrapassar os critérios exclusivos de nossa própria ontologia naturalista e modernista. Para a psicologia (...), o primeiro passo seria de sair da ideia de cosmovisão dos outros e entrar de vera na cosmopraxis dos outros. Não sairemos imunes, mas talvez assim evitemos novas guerras, não só entre disciplinas – isto não é muito grave, mas – isto sim é grave – entre mundos distintos (BELO, 2018, p. 5).

Para adentrar na cosmopraxis dos outros (humanos e não humanos em alteridade radical, isto é, em aliança afetiva), recuperamos trechos das entrevistas gestores e operadores, apesar de apontarem as influências e interações (alteridade) que os não humanos (solo, água e máquinas) também exercem na construção de políticas públicas, reservam estes últimos a uma espécie de pano de fundo, à posição de meros “recursos” naturais e tecnológicos para o bem-estar/consumo humano:

*O que melhorou nossa localidade, foi a energia elétrica, implantada há cerca de 22 anos na época do PT, programa luz para todos; isso aqui era um deserto total, aí começou-se a plantar com irrigação, começou a informatizar, chegou internet, muitas facilidades, começou a furar bastante poços artesianos, fazer plantio. Hoje aqui quase toda semana sobem de três a quatro caminhões de verdura para a cidade vizinha, de melancia foi retirado 12 caminhões, plantou 5 hectares. (Gestor 1, tantos anos, entrevista realizada em 02/04/23)*

*Há uns oito anos o pessoal da CERB apareceu aí, não foi indicação nossa nem nada, eu sei que o município foi sorteado e eles procuraram poços que eles já haviam furado, esse mesmo foi a CERB há 40 anos atrás, que não era para consumo humano por ser salobra, só para consumo animal. Aí eles começaram a aparecer ali, passaram em nossa cidade, fizeram o levantamento de quantos poços da CERB que já tinham instalados, aqui por ser um poço antigo que nunca havia dado nenhum problema de falta de água, eles chegaram um dia para ver como estava, se estava funcionando, aí marcaram, foram na casa de [...] dono da terra, conversou com ele se poderia fazer um teste com a vazão do poço para ver se aguentava o sistema, então tudo ok com o poço. Outra questão, foi procurar uma terra para instalar o dessalinizador, essas terras são de doação, porque a CERB não compra, doa o pedaço de terra e eles fazem a instalação, fez um levantamento de quantas casas tem na localidade, que precisava de um valor mínimo de casa, fez, deu certo, abrangeu. Aí vieram aí, fez uma reunião com o povo da localidade, explicou direitinho como funcionava o Programa, quem poderia ser beneficiário, que não poderia cadastrar muita família que talvez o sistema não daria conta, porque mesmo que a vazão seja boa, os maquinários não conseguem fazer uma vazão muito alta de tratamento. Aí fez a reunião, fez o acordo, todo mundo assinou, todo mundo achou bonito. (Operador 1, entrevista realizada em 02/04/2023)*

*Aí esse termo de acordo todo mundo assinou, precisava de um grupo para gerenciar isso, outros para fiscalizar, outros para distribuição dessa água. (Operador 2, entrevista realizada em 02/04/2023)*

Chegada da luz elétrica, aumento de cisternas, terras herdadas, participação social, ou melhor, “desenvolvimento”, “progresso social” e “cidadania” são o marco desse saneamento básico. Porém, recobra Serres: “Estranhamente mudo sobre o mundo, esse contrato, dizem, nos fez deixar o estado de natureza para formar a sociedade. A partir do pacto, tudo se passa como se o grupo que o assinou, ao despedir-se do mundo, não mais se enraizasse senão em sua história” (SERRES, 1991, p. 47). Observamos que o PAD, por expressão dos ciclos naturais, mantém uma dinâmica específica com os moradores (humanos). Apesar da garantia de segurança e

“potabilidade” testada e validada periodicamente, os moradores locais seguem por outras linhas que não a estabelecida e contratualizada:

*Aquilo, sabe, e muito importante também, que mesmo com um tempo desse, como você está vendo, com um tanto de água desse aí, as comunidades mais afastadas não vem buscar essa água, muita água em casa, né, pro povo a facilidade, mas mesmo assim, em tempo de seca, no mês de julho, até finalzinho de outubro e novembro que é a época que mais chuvosa, muita água, muito consumo de água aí, idoso, recém-nascido o povo busca de longe por ser água potável. (Morador 1, tantos, anos, entrevista realizada em 02/04/2023).*

*Nossa região melhorou mesmo, teve uma evolução muito grande depois da energia elétrica, depois da energia elétrica, o que mudou nossa vida. (Morador 2, entrevista realizada em 02/04/2023).*

*Lembro de cinco maquinários do PAD na região. O pessoal da CERB comparece de dois em dois meses para ver o maquinário, se está funcionando ou se tem algum problema, vem e fazem a manutenção, aí eles passam em cinco localidades no município. Esse maquinário está instalado, mas deram dois anos de garantia pela CERB, se queimar uma bomba dessa, a verba que arrecada não dá para..... eles até hoje estão dando uma força, mas se queimar uma bomba dessas eu não sei se vão arcar com a despesa. Dependeria da boa vontade do poder público, isso não é obrigação deles, vem se quiser. Retirar o sal de uma água, é uma tecnologia muito avançada. (Dois moradores, entrevista realizada em 02/04/23)*

Nos três recortes de entrevista, o consumo das águas subterrâneas é sinônimo de “desenvolvimento”, “progresso social” e “cidadania”. Elementos, tais como finitude do lençol freático, maquinaria que necessita de reparo regularmente, plantas que precisam ser regadas, energia elétrica que beneficia apenas os humanos, tudo isso e muito mais, é transformado em “cenário” ou “contexto”, reservando aos humanos, compreendidos como cidadãos de direito. Ou como diria Serres: “Alguns organismos desapareceram da superfície da Terra em razão de seu imenso tamanho, dizem. Isso nos espanta ainda que

as coisas maiores sejam as mais frágeis, como a Terra inteira, o Homem na megalópole ou Ser-em-toda-parte, Deus, enfim. Há muito fruindo da morte dessas grandezas tão frágeis” (SERRES, 1991, p. 61). Uma Psicologia da Saúde sob “virada ontológica” deve se voltar a influência de grandezas tão frágeis, dos não humanos no andamento desta política, não para colocá-los no centro do poder decisório, mas para demonstrar como o psicólogo da saúde pode reparar em uma alteridade radical que influencia o bem-estar dos humanos. Dito de outra forma, como o psicólogo da saúde sob “virada ontológica” pode trazer, para o campo da Psicologia da Saúde, não um saneamento básico centralizado em um conceito de “saúde para todos”, mas uma nova concepção, em habitável, em que os não humanos precisam ser revistos em sua posição de colaboradores para processos psicológicos, tais como o de bem-estar exclusivo entre eles.

Vejamos mais um trecho de entrevistas, desta vez com os gestores do Programa:

*Eles vieram aí, vieram engenheiro, arquiteto, se tivesse algo errado condenava a obra e começava tudo de novo, tudo bem orientado, fiscalizado, tem a fossa do banheiro, tudo bem-feito, essa cerca por conta deles também, o reservatório de água potável quando enche aí tem que lavar a cada 90 dias. (Morador 1, entrevista realizada em 02/04/2023).*

*A assistente social só veio no início na época mesmo das reuniões, ela não compareceu mais aqui, (...) ela fez umas quatro ou cinco reuniões só. Aí como falou como era, o ideal seria fazer reunião a cada três meses para fazer um balanço dos recursos que entra, porque essa água é distribuída, mas tem uma taxa mínima, para fazer manutenção e caso quebre ter um caixa para consertar, na área da limpeza, tem que comprar produto para higienização, aí ela não comparece mais, ficou sob responsabilidade da comunidade. mas hoje, como você sabe, o poder público, muitos jogam a responsabilidade para o poder público cuidar disso, só lembra a hora que está precisando. (Morador 2, tantos, anos, entrevista realizada em 02/04/2023).*

*Aí vieram aí, fez uma reunião com o povo da localidade, explicou direitinho como funcionava o programa, quem poderia ser beneficiário, que não*

*poderia cadastrar muita família que talvez o sistema não daria conta.*  
(Morador 3, entrevista realizada em 02/04/2023).

Nos trechos acima, toda problemática do saneamento é centrada em direito à cidadania, à água potável, a qualidade de vida para humanos. Ou como diria Serres: “A natureza se reduz à natureza humana, que se reduz seja à história, seja à razão. O mundo desapareceu. O direito natural moderno se distingue do clássico por esta anulação. Resta aos homens vaidosos sua história e sua razão” (SERRES, 1991, p. 47). Propomos, portanto, uma Psicologia da Saúde que se desloca da centralidade do humano. Deixar essas outras existências atravessar o ambiente é um movimento de “virada ontológica”, é “re” conhecer o que está dado, o que acontece, o que se impõe. Entretanto, como contratualizar com os não humanos, como criar alteridade? Como tirar as sandálias antes de entrar (KRENAK, 2022)? A Psicologia da Saúde, por via institucional e dentro de processos de trabalho, teria a capacidade de criar estratégias para tanto? A crítica que tecemos acerca das tecnologias sociais não pretende um sentido contrário, mas complementar, ampliar, por meio da cosmopolítica, conceito proposto por Stengers:

O cosmos, aqui, deve, portanto, ser distinguido de todo cosmos particular, ou de todo mundo particular, tal como pode pensar uma tradição particular. E ele não designa um projeto que visaria a englobá-los todos, pois é sempre uma má ideia designar um englobante para aqueles que se recusam a ser englobados por qualquer outra coisa. O cosmos, tal qual ele figura nesse termo, cosmopolítico, designa o desconhecido que constitui esses mundos múltiplos, divergentes, articulações das quais eles poderiam se tornar capazes, contra a tentação de uma paz que se pretenderia final, ecumênica, no sentido de que uma transcendência teria o poder de requerer daquele que é divergente que se reconheça como uma expressão apenas particular do que constitui o ponto de convergência de todos. (STENGERS, 2018, p. 446-447)

Este novo olhar sobre a mesma questão traz um redirecionamento do papel do psicólogo da saúde na elaboração de projetos em políticas públicas no campo da Saúde. Ou melhor, sob “virada ontológica”, o que a Psicologia da Saúde pode contribuir? Este artigo não tem a resposta, mas ele tem algumas pistas: 1) a própria concepção de

tecnologia social é antropocêntrica por não fazer enxergar que os não humanos estão afetando as regiões, a terra e o pertencimento; 2) como essas categorias discursivas estão privilegiando os humanos e como dentro desse privilégio vai se criando uma tecnologia social onde os não humanos aparecem sem intenções, passivos e quais as consequências de negligenciar os não humanos no campo da Psicologia e da Saúde?; 3) à Psicologia da Saúde aplicada ao campo da Saúde, cabe o reconhecimento das alianças afetivas entre vários existentes (humanos e não humanos); 4) os não humanos não podem ser compreendidos como meros recursos naturais ou tecnológicos; 5) a Psicologia da Saúde deve romper com qualquer abordagem “centralizada na pessoa” para, finalmente, se centralizar no mundo (interações entre humanos e não humanos, uns influenciando os outros).

A Psicologia da Saúde, com o arcabouço teórico e prático que temos hoje, estaria preparada para tal “virada”? Este artigo é um primeiro passo. Ou como afirma Krenak:

Nossa sensibilidade tem que ser repensada para além dos seres humanos, tem que incluir abelhas, tatus, baleias, golfinhos. Meus grandes mestres da vida são uma constelação de seres – humanos e não humanos (...). Foi uma revelação que me veio como um mantra: ‘sim, nós podemos muito, mas nem tudo’. Um aprendizado que recebi em fricção com a natureza. (KRENAK, 2022, p. 101-102)

### **Considerações finais**

Ao pontuarmos a importância da “virada ontológica” para a Psicologia da Saúde, recobramos um novo olhar sobre a constituição das alianças afetivas (KRENAK, 2022) nesse campo. A partir de estudo de caso, isto é, da limitação do conceito de tecnologia social na implementação e manutenção do Programa Água Doce, em um município do sudoeste baiano, buscou-se um olhar outro sobre políticas em saneamento básico, demonstrando como o psicólogo da saúde pode contribuir no entendimento de uma alteridade radical entre humanos e não humanos, o que reverbera em processos psicológicos. Sobretudo, como produzir projetos, produtos e novas diretrizes a partir desta nova sensibilidade/sociabilidade.

A “virada ontológica” é um movimento recente, datado dos anos 1990, ainda em andamento e consolidação, buscando sobretudo descolonizar, nas ciências humanas, o



método científico centralizado na pessoa, isto é, a centralidade no protagonismo humano em detrimento de todos os outros.

## Bibliografia

Belo, E. (2018). Antropologia e psicologia na virada ontológica: breve notas sobre convergências e divergências. *Cadernos do NEAI*.  
<https://cadernosdoneai.wordpress.com/2018/05/15/antropologia-psicologia-na-virada-ontologica-breves-notas-sobre-convergencias-e-divergencias-por-ernesto-belo/>

Buss, P. M. (2000) Promoção da saúde e qualidade de vida. *Ciência & Saúde Coletiva*.  
<https://www.scielo.br/j/csc/a/HN778RhPf7JNSQGxWMjdMxB/abstract/?lang=pt>

Dagnino, R. (2014). *Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas*. <https://static.scielo.org/scielobooks/7hbdt/pdf/dagnino-9788578793272.pdf>

Dagnino, R. (Org.) *Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade*.  
[https://cdt.unb.br/images/CEDES/2010\\_FERRAMENTA\\_TEC\\_SOCIAL\\_LIVRO.pdf](https://cdt.unb.br/images/CEDES/2010_FERRAMENTA_TEC_SOCIAL_LIVRO.pdf)

De Sá Júnior, C. (2014). Philippe Descola e a Virada Ontológica na Antropologia. *Ilha Revista de Antropologia*.  
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2014v16n2p7>

Facchini, L. A.. (2018). A Declaração de Alma-Ata se revestiu de uma grande relevância em vários contextos. *EPSJV/Fiocruz*. <https://www.epsjv.fiocruz.br/printpdf/7784>

Heller, L., Gomes, U. A. F. (2014). *Panorama do Saneamento Básico no Brasil. Volume 1: Elementos conceituais para o saneamento básico*. Ministério das Cidades.  
[https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/plansab/panorama\\_vol\\_01.pdf](https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/plansab/panorama_vol_01.pdf)

Henriques, M. S., Braga, C. S. & Mafra, R. L. M. *Planejamento da comunicação para a mobilização social: em busca da co-responsabilidade*. SD. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. Disponível em:  
<https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/issue/archive>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017). Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017. [https://www.ibge.gov.br/apps/regioes\\_geograficas/#/home](https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/#/home)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/aracatu/panorama>

Krenak, A. (2022). *Futuro Ancestral*. São Paulo, Companhia das Letras.

Latour, B. *Jamais fomos modernos*. São Paulo, Editora 34, 1994. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo59.pdf>. Acesso em: 08 mai 2023.

Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. (2020). Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000. <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-14.026-de-15-de-julho-de-2020-267035421>

Machado, M. E. C. & Kind, L. (2019). Tramas da Psicologia da saúde no Brasil: uma análise com ferramenta ator-rede. *Psicologia em Revista*. (pp. 199-218). <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v25n1/v25n1a12.pdf>

Matarazzo, J. D. (1980). Behavioral health and behavioral medicine. *American Psychologist*. (pp. 807-817).

Ministério do Desenvolvimento Regional (2019). *Plano Nacional de Saneamento Básico: mais saúde com qualidade de vida e cidadania*. Documento em revisão. [https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSDRU/ArquivosPDF/Versao\\_Conselhos\\_Resolu%C3%A7%C3%A3o\\_Alta\\_-\\_Capa\\_Atualizada.pdf](https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSDRU/ArquivosPDF/Versao_Conselhos_Resolu%C3%A7%C3%A3o_Alta_-_Capa_Atualizada.pdf)

Ministério da Saúde. (2013). *Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta*. [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_populacoes\\_campo.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacoes_campo.pdf)

Ministério da Saúde. (2019) Programa Nacional de Saneamento Rural. *Fundação Nacional de Saúde*. [http://www.funasa.gov.br/documents/20182/38564/MNL\\_PNSR\\_2019.pdf](http://www.funasa.gov.br/documents/20182/38564/MNL_PNSR_2019.pdf)

Rezende, S. C. (2014). *Panorama do Saneamento Básico no Brasil. Volume 7: Cadernos temáticos para o panorama do saneamento básico no Brasil*. Ministério das Cidades. [https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/plansab/panorama\\_vol\\_07.pdf](https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/plansab/panorama_vol_07.pdf)

Ribeiro, J. L. P. (2011). A Psicologia da Saúde. In: ALVES, R. F., org. *Psicologia da saúde: teoria, intervenção e pesquisa*. <https://doi.org/10.7476/9788578791926>

Souriau, E. Diferentes modos de existência. São Paulo, Edições N-1, 2016.

Stengers, I. A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 69, p. 442-464, 2018. Disponível

em:

[file:///C:/Users/Paulo%20Rogers/Downloads/145663-Texto%20do%20artigo-291471-1-10-2018\\_0426%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Paulo%20Rogers/Downloads/145663-Texto%20do%20artigo-291471-1-10-2018_0426%20(3).pdf)

\_\_\_\_\_. Estamos divididos. São Paulo, Edições N-1, 2023.

Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/estamos-divididos>

Stone, G. C., Cohen, F., & Adler, N. E. (1979). *Health Psychology: A Handbook. Theories, Applications, and Challenges of a Psychological Approach to the Health Care System.*

Tsing, A. O cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo. São Paulo, Edições N-1, 2022.

Verdejo, M. E. (2010). Diagnóstico rural participativo: guia prático do DRP.

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4616813/mod\\_resource/intro/pageflip-2583697-375919\\_1-DRP\\_-\\_Guia\\_prtico-2649689.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4616813/mod_resource/intro/pageflip-2583697-375919_1-DRP_-_Guia_prtico-2649689.pdf)

# **Produto técnico científico digital**

#### **4. CAPÍTULO- PRODUÇÃO TÉCNICO CIENTÍFICA DIGITAL**

Visando devolutiva da parceria estabelecida com o Programa Água Doce (PAD) no estado da Bahia em específico a Regional de Brumado com 95 sistemas de dessalinização instalados.

A partir da demanda de produção de audiovisual onde o pesquisador apresentasse o processo e achados de pesquisa a ser apresentado na reunião trimestral que acontece com as coordenações do Programa Água Doce (PAD) por meio da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR). Tendo articulações diretas com Associação de Agricultores Familiares Camponeses da Bahia (ASFAB); Secretaria do Meio Ambiente da Bahia; Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia.

Considerando o retorno social em forma de produto tecnológico e científico, necessária ao Programa do Mestrado Profissional em Psicologia da Saúde.

A partir dos relatórios mensais de monitoramento da gestão compartilhada dos sistemas de dessalinização, onde é apresentada realidade onde se tem baixa demanda pela água dessalinizada sem contextualização ampliada que justifique tal situação.

Nesse sentido, propomos um compilado de material audiovisual onde será proposto:

- 1- Demonstrar como o psicólogo da saúde pode contribuir no entendimento de uma alteridade radical entre humanos e não humanos.
- 2- Refletir sobre os relatórios de monitoramento de gestão compartilhada.
- 3- Propor processos de diagnóstico e monitoramento de gestão compartilhada a partir de uma nova sensibilidade/sociabilidade conforme dissertada neste trabalho.
- 4- Propor tecnologia em Psicologia da Saúde por meio de Diagnóstico Rural Participativo sob “virada ontológica”.

[https://drive.google.com/file/d/1L2Uv1q0L\\_yhQq6QQVVldGog5ivh5d9Sf/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1L2Uv1q0L_yhQq6QQVVldGog5ivh5d9Sf/view?usp=drive_link)

## CONCLUSÃO GERAL

Que esta dissertação possa instigar psicólogos da saúde em uma aberta para o mundo. Uma Psicologia da Saúde aberta, finalmente *democrática*, pois estendida aos não humanos. Este foi um trabalho árduo, de um mestrando mergulhado no humanismo em saúde desde sua graduação até a especialização. Um estranhamento do seu próprio olhar e sensibilidade.

O trabalho ainda é longo, e o psicólogo da saúde, aqui, aprende a fazer psicologia em mundos incertos, instáveis, desiguais em que a desigualdade finalmente é positiva: é diversidade! E é com Descola, que ilustrou a introdução deste trabalho, que encerramos estas páginas: “Foi exatamente assim que eu comecei a questionar o que me parecia tão evidente a propósito da diferença entre os humanos e não humanos” (DESCOLA, 2016, 10).

**APÊNDICE A - Declaração de Inscrição de Publicação de Livros Técnicos Científicos****Edições UESB**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB  
Recredenciada pelo Decreto Estadual  
Nº 16.825, de 04.07.2016




Governo do  
Estado da Bahia

DECLARAÇÃO

Declaramos que o Sr. Paulo Rogério de S. Ferreira, RG nº 238.307.54<sup>29</sup>, fez sua inscrição para concorrer ao Edital 02/2022 - Publicação de Livros Técnicos Científicos na modalidade e-book.

Vitória da Conquista, 16 de 11 de 2022.

  
Edições UESB

## APÊNDICE B - Aceite de submissão de artigo em revista científica

21/05/2023, 11:45

Email – Otavio Lago – Outlook

### [PSSA] Agradecimento pela Submissão

Programa de Pós-graduação Mestrado e Doutorado em Psicologia via Psicologia e Saúde  
<pen-bounces@emnuvens.com.br>

Sex, 12/05/2023 14:28

Para: Otavio Ribeiro Lago Netto <otaviolago1@hotmail.com>

Otavio Ribeiro Lago Netto,

Agradecemos a submissão do seu manuscrito "O QUE A PSICOLOGIA DA SAÚDE SOB "VIRADA ONTOLÓGICA" PODE CONTRIBUIR PARA PESQUISAS EM SANEAMENTO BÁSICO EM ÁREAS RURAIS?" para Revista Psicologia e Saúde. Através da interface de administração do sistema, utilizado para a submissão, será possível acompanhar o progresso do documento dentro do processo editorial, bastando logar no sistema localizado em:

URL do Manuscrito: <https://www.pssa.ucdb.br/pssa/authorDashboard/submission/2369>

Login: otaviolago

Em caso de dúvidas, envie suas questões para este email. Agradecemos mais uma vez considerar nossa revista como meio de transmitir ao público seu trabalho.

Programa de Pós-graduação Mestrado e Doutorado em Psicologia

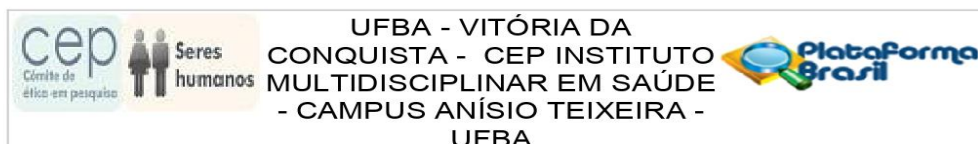
Psicologia e Saúde

<http://www.gpec.ucdb.br/pssa/index.php/pssa>

[unsubscribe](#)



## APÊNDICE C - Aprovação em parecer consubstanciado CEP



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** TECNOLOGIAS SOCIAIS EM SANEAMENTO BÁSICO DE ÁREAS RURAIS: DOS MODOS DE EXISTÊNCIA À IDENTIFICAÇÃO DE UMA MICROPOLÍTICA DO DESEJO COLETIVO

**Pesquisador:** PAULO ROGERS DA SILVA FERREIRA

**Área Temática:**

**Versão:** 5

**CAAE:** 59030122.1.0000.5556

**Instituição Proponente:** Instituto Multidisciplinar em Saúde-Campus Anísio Teixeira

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

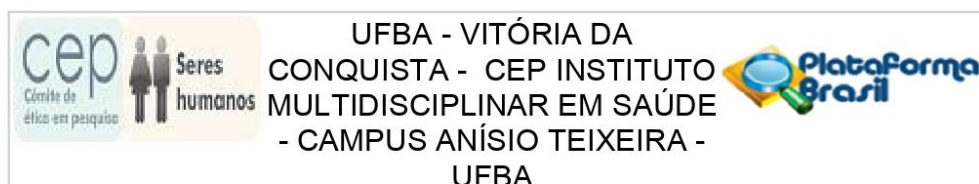
#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.826.940

#### Apresentação do Projeto:

áreas rurais e suas populações passam por mudanças profundas nas relações, funções e fluxos, mantendo a dinamicidade dos determinantes e condicionantes socioambientais de saúde, incluindo o saneamento básico e acesso à recursos hídricos na Política Nacional de Saúde Integral das População de Campo, Floresta e Águas. Trata-se da mesma política que evidencia os elementos políticos, econômicos, culturais, naturais e afetivos; ou seja, modos de existência marcados pela relação indissociável com a terra, requerendo a produção e utilização de tecnologias apropriadas. Com foco no saneamento rural e acesso a recursos hídricos, objetiva-se compreender o processo de mobilização social e governança socioambiental na implantação e sustentabilidade do sistema de dessalinização do Programa Água Doce no município de Aracatú, vinculado ao território de identidade da cidade de Vitória da Conquista- Bahia. Busca-se o diálogo com os conceitos de contrato natural em Serres (2010), micropolítica do desejo coletivo em Guattari e Rolnik (1996) e modos de existência em Souriau (2017) e Latour (2019) a fim de problematizar as bases teóricas das tecnologias sociais, para então propor ampliação do conceito de social sob afetividade. O aporte metodológico é composto por análise documental e pesquisa de campo com o método cartográfico em Rolnik (1989). Como produto final, estima-se a produção

**Endereço:** Rua Hormindo Barros, 58, Quadra 17, Lote 58. Bairro Candéias. 1º andar - Prédio administrativo  
**Bairro:** CANDEIAS **CEP:** 45.029-094  
**UF:** BA **Município:** VITÓRIA DA CONQUISTA  
**Telefone:** (77)3429-2720 **E-mail:** cepims@ufba.br



Continuação do Parecer: 5.826.940

de relatório técnico onde se avalia os modos de apropriação afetiva dos sistemas de dessalinização pelo social nas localidades rurais cartografadas com foco nas tecnologias sociais, ampliando, deste modo, o campo da psicologia da saúde rumo a processos clínicos sociais e avaliativos nas interfaces saúde coletiva, qualidade de vida, saúde das populações do campo.

#### **Objetivo da Pesquisa:**

##### Objetivo Primário:

Compreender o processo de mobilização social e governança socioambiental (micropolítica do desejo coletivo) na implantação e sustentabilidade do sistema de dessalinização do Programa Água Doce no município de Aracatú, vinculado ao território de identidade Vitória da Conquista- Bahia.

##### Objetivo Secundário:

- Sistematizar a metodologia utilizada de mobilização social na implantação do sistema de dessalinização, a fim de constituir os processos em suas bases conceituais e práticas.

- Avaliar a apropriação do sistema de dessalinização pela população; como modo de mensurar a eficácia de efetividade da mobilização social utilizada.

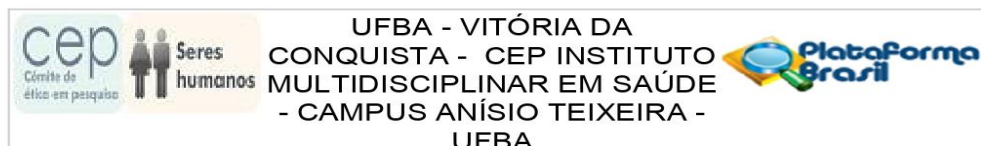
- Cartografar a micropolítica do desejo coletivo local, visando as aproximações e distanciamento entre a micropolítica em ato pelo desejo coletivo e as bases conceituais e práticas mobilização social empregada na implantação do Programa Água Doce.

- Discutir os achados com referencial teórico, possibilitando linhas teóricas e práticas consonantes com os afetos e desejo coletivo, com tecnologias sociais apropriadas.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Os riscos produzidos são considerados contornáveis, pois trata-se de desconforto ao falar de assuntos relativos a pesquisa. Caso a pessoa não queira continuar a responder a pesquisa, não haverá nenhum prejuízo para ela ou para sua família.

**Endereço:** Rua Homindo Barros, 58, Quadra 17, Lote 58. Bairro Candeias. 1º andar - Prédio administrativo  
**Bairro:** CANDEIAS **CEP:** 45.029-094  
**UF:** BA **Município:** VITORIA DA CONQUISTA  
**Telefone:** (77)3429-2720 **E-mail:** cepims@ufba.br



Continuação do Parecer: 5.826.940

Quanto aos benefícios, são considerados indiretos, pois a pesquisa visa estabelecer conhecimento aprofundado acerca do projeto água doce e a relação da comunidade com as instalações do programa de dessalinização da água.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Não há

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todos os comentários foram realizados nos pareceres anteriores, nos quais foram observados problemas no TCLE e outros documentos exigidos pelo CEP IMSCAT.

**Recomendações:**

Não há

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Null

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O presente parecer foi apreciado e aprovado ad referendum.

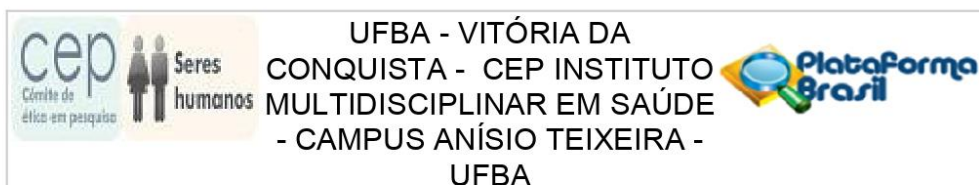
Qualquer alteração ou modificação nesse projeto deverá ser encaminhada para análise deste comitê.

Conforme a Resolução nº 466/12 (Item X, Tópico X.1, Ponto 3b), é necessário submeter, na Plataforma Brasil, relatórios semestrais referentes à execução deste projeto. Para este fim verifique o endereço eletrônico: <http://cep.ims.ufba.br/relat%C3%B3rio>. Caso haja relatórios pendentes, este Comitê se reserva a não apreciar novas submissões do pesquisador responsável até que estes sejam submetidos.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
----------------	---------	----------	-------	----------

**Endereço:** Rua Hormindo Barros, 58, Quadra 17, Lote 58. Bairro Candeias. 1º andar - Prédio administrativo  
**Bairro:** CANDEIAS **CEP:** 45.029-094  
**UF:** BA **Município:** VITÓRIA DA CONQUISTA  
**Telefone:** (77)3429-2720 **E-mail:** cepims@ufba.br



Continuação do Parecer: 5.826.940

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1943392.pdf	12/12/2022 16:32:38		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_tecnologia_final.pdf	12/12/2022 16:30:48	PAULO ROGERS DA SILVA FERREIRA	Aceito
Outros	esclarecimento.pdf	03/11/2022 18:45:52	PAULO ROGERS DA SILVA FERREIRA	Aceito
Outros	anuencia.pdf	03/11/2022 18:44:56	PAULO ROGERS DA SILVA FERREIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_OTAVIO.pdf	03/11/2022 18:27:04	PAULO ROGERS DA SILVA FERREIRA	Aceito
Outros	lattes2.pdf	24/08/2022 17:07:47	PAULO ROGERS DA SILVA FERREIRA	Aceito
Outros	lattes_1.pdf	24/08/2022 17:07:22	PAULO ROGERS DA SILVA FERREIRA	Aceito
Outros	termo_de_compromisso_etico.pdf	24/08/2022 17:06:14	PAULO ROGERS DA SILVA FERREIRA	Aceito
Folha de Rosto	f_derosto.pdf	24/08/2022 17:03:36	PAULO ROGERS DA SILVA FERREIRA	Aceito
Declaração de concordância	declaracao_concordancia_paulo.pdf	25/07/2022 11:00:21	Guilherme Chirinéa	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	DECLARACAO_OTAVIO_CEP.pdf	18/07/2022 12:10:58	OTAVIO RIBEIRO LAGO NETTO	Aceito
Outros	declaracao_paulo.pdf	18/07/2022 12:10:58	OTAVIO RIBEIRO LAGO NETTO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracao_participante.pdf	10/05/2022 17:16:42	OTAVIO RIBEIRO LAGO NETTO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracao_partipante_paulo.pdf	10/05/2022 17:16:14	OTAVIO RIBEIRO LAGO NETTO	Aceito
Outros	diario_cartografico_campo.pdf	08/05/2022 20:38:14	OTAVIO RIBEIRO LAGO NETTO	Aceito
Outros	quaestionario_estruturado.pdf	08/05/2022 20:37:28	OTAVIO RIBEIRO LAGO NETTO	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Endereço:** Rua Hormindo Barros, 58, Quadra 17, Lote 58. Bairro Candeias. 1º andar - Prédio administrativo  
**Bairro:** CANDEIAS **CEP:** 45.029-094  
**UF:** BA **Município:** VITORIA DA CONQUISTA  
**Telefone:** (77)3429-2720 **E-mail:** cepims@ufba.br